



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDDY CELESTIN**

**O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI CONTRA O PRESIDENTE  
JEAN-BERTRAND ARISTIDE: UMA ANÁLISE DOS MEANDROS E DAS  
IMPLICAÇÕES DE UMA CRISE POLÍTICA**

**CHAPECÓ  
2021**

**EDDY CELESTIN**

**O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI CONTRA O PRESIDENTE  
JEAN-BERTRAND ARISTIDE: UMA ANÁLISE DOS MEANDROS E DAS  
IMPLICAÇÕES DE UMA CRISE POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da  
Universidade Federal da Fronteira Sul, como  
requisito para a obtenção do título de Licenciado  
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

**CHAPECÓ  
2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Celestin, Eddy

O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI CONTRA O  
PRESIDENTE JEAN-BERTRAND ARISTIDE: UMA ANÁLISE DOS  
MEANDROS E DAS IMPLICAÇÕES DE UMA CRISE POLÍTICA / Eddy  
Celestin. -- 2021.

63 f.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2021.

1. Haiti. 2. Golpe de Estado. 3. Crise Política. 4.  
Jean-Bertrand Aristide. I. Martuscelli, Danilo Enrico,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.  
Título.

**EDDY CELESTIN**

**O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI CONTRA O PRESIDENTE JEAN-BERTRAND ARISTIDE: UMA ANÁLISE DOS MEANDROS E DAS IMPLICAÇÕES DE UMA CRISE POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 22/10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli - UFFS  
Orientador



---

Prof. Dr. Leonardo Granato - UFRGS  
Avaliador



---

Prof. Dr. Miguel Borba de Sá - Universidade de Coimbra  
Avaliador

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao povo haitiano para sua luta de emancipação.

## AGRADECIMENTOS

Uma grande quantidade de pessoas participaram passiva ou ativamente da realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos vão:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli por aceitar minha orientação, pela dedicação, paciência e por ser um exemplo muito positivo na minha caminhada pessoal e acadêmica.

À minha mãe, Rose Mirlande Belabe e a toda minha família, que sempre esteve presente para me apoiar e incentivar.

Aos meus colegas e amigos Mailson Lucas Portinho, Alice Bertoletti Lopes, Aryel Cacau, Eduarda Oliveira, Stevenson Jean-Pierre, Abdias Revolte, Jod-Fedlet Pierre, Alix Cilus.

Ao Prof. Dr. Miguel Borba de Sá pela disponibilidade, pelas discussões sobre o Haiti e pela ajuda na realização deste trabalho.

Aos meus professores que contribuíram na minha formação acadêmica com paciência e dedicação.

## RESUMO

O dia 29 de fevereiro de 2004 marcou uma viragem na política haitiana do século XXI, depois de três anos no governo, o presidente Jean-Bertrand Aristide sofreu um golpe de Estado. Essa situação é o resultado de uma crise política que começou no ano 2000, quando o partido político *Lavalas* foi acusado de fraudes eleitorais durante as eleições parlamentares. Assim, os partidos da oposição agruparam-se sob a chamada *Convergence Démocratique* e realizaram uma aliança com o conjunto das associações que se apresentam como representantes da “sociedade civil”: o *Groupe 184* liderado pelo empresário André Apaid. A partir deste momento, começou um conflito entre o Executivo e os partidos da oposição. Para resolver o conflito, a “Internacional Comunitária”, por intermédio dos EUA, da França e do Canadá, decidiu dar um golpe de Estado contra Jean-Bertrand Aristide. O presente trabalho pretende analisar os meandros e as implicações da crise política que resultou neste golpe de Estado.

**Palavras-chave:** Haiti. Golpe de Estado. Crise Política. Jean-Bertrand Aristide.

## RÉSUMÉ

Le 29 février 2004 a marqué un tournant dans la politique haïtienne du XXI<sup>e</sup> siècle, après trois ans au pouvoir, le président Jean-Bertrand Aristide est victime d'un coup d'État. Cette situation est le résultat d'une crise politique qui a débuté en l'an 2000, lorsque le parti politique *Lavalas* a été accusé de fraude électorale lors des élections législatives. Ainsi, les partis d'opposition se sont regroupés pour former un mouvement dénommé *Convergence Démocratique* et ont formé une alliance avec toutes les associations qui se présentent comme des représentants de la "société civile": le *Groupe 184* dirigé par l'homme d'affaire André Apaid. A partir de ce moment, un conflit éclate entre l'Exécutif et les partis d'opposition. Pour résoudre le conflit, "l'Internationale Communautaire", à travers les États-Unis, la France et le Canada, a décidé de mener un coup d'État contre Jean-Bertrand Aristide. Le présent travail vise à analyser les tenants et aboutissants de la crise politique qui a abouti à ce coup d'État.

**Mots-clés:** Haïti. Coup d'État. Crise politique. Jean-Bertrand Aristide.

## ABSTRACT

February 29, 2004 marked a turning point in 21st century Haitian politics, after three years in office, President Jean-Bertrand Aristide suffered a coup. This situation is the result of a political crisis that began in the year 2000, when the *Lavalas* political party was accused of electoral fraud during parliamentary elections. Thus, the opposition parties grouped under the so-called *Convergence Démocratique* and formed an alliance with all the associations that present themselves as representatives of “civil society”: *Groupe 184* led by the businessman André Apaid. From this moment, a conflict began between the Executive and the opposition parties. To resolve the conflict, the “International Community”, through the USA, France and Canada, decided to carry out a coup against Jean-Bertrand Aristide. The present work intends to analyze the intricacies and implications of the political crisis that resulted in this coup.

**Keywords:** Haiti. Coup. Political Crisis. Jean-Bertrand Aristide.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - A crise haitiana de 2004 nas revistas de Ciência Política norte-americanas e europeias (2004-2020).....18

**Quadro 2** - Posicionamento das autoridades norte-americanas e latino-americanas perante a crise política no Haiti entre 2000 e 2004.....49

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CARICOM: *Communauté Caribéenne*

CONACOM: *Congrès National des Mouvements Démocratiques*

FAd'H: *Forces Armées d'Haïti*

FMI: *Fonds Monétaire International*

FRAPH: *Front Révolutionnaire pour l'Avancement et le Progrès d'Haïti*

KID: *Konvansyon Inite Demokratik*

MANUL: *Mission d'Appui des Nations Unies en Libye*

MINUSCA: *Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation en Centrafrique*

MINUSMA: *Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali*

MINUSTAH: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*

OEA: *Organisation des États Américains*

ONU: *Organisation des Nations Unies*

OPL: *Organisation du Peuple en Lutte*

PNH: *Police Nationale d'Haïti*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
JUSTIFICATIVA	17
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>21</b>
<b>AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2000 NO HAITI</b>	<b>21</b>
1.1 ACUSAÇÕES DE FRAUDES	23
1.2 ALIANÇA ENTRE A OPOSIÇÃO E ALGUMAS ASSOCIAÇÕES NO PAÍS	25
1.3 PROPOSTA DE SAÍDA DE CRISE: ENTRE ACEITAÇÃO E RECUSA DA OPOSIÇÃO	26
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>29</b>
<b>O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI E O PAPEL DA “INTERNACIONAL COMUNITÁRIA”</b>	<b>29</b>
2.1 A FRANÇA ENTRE INTERESSES DIFUSOS E DISCURSO SOBRE A PAZ	38
2.2 OS EUA COMO GUARDIÕES DA DEMOCRACIA	41
2.3 O CANADÁ PELA RECONCILIAÇÃO NACIONAL	44
2.4 O BRASIL E O GOLPE DE 2004 NO HAITI	45
2.5 A ARGENTINA E A COMUNICAÇÃO PRUDENTE	47
2.6 A REPÚBLICA BOLIVARIANA PERANTE O GOLPE	48
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>50</b>
<b>AS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE ESTADO</b>	<b>50</b>
3.1 MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA	51
3.2 O BRASIL NA LIDERANÇA DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI (MINUSTAH)	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Em 1791, os escravos de *Saint Domingue* que produziam toda a riqueza da ilha, revoltaram-se contra os grandes proprietários, uma revolta que gerou uma guerra que durou treze anos e que terminou com a derrota das tropas francesas, britânicas e espanholas: as potências da época. Foi o começo de uma nova era na história do país. As bases do Estado escravista francês no seu conjunto foram atacadas, o equilíbrio foi rompido. É a chamada Revolução Haitiana, cujo resultado foi a proclamação da Independência do Haiti em 1º de janeiro de 1804. A Revolução Haitiana marca uma ruptura radical em relação às outras revoluções que surgiram no mundo atlântico, pela sua radicalidade e novidade. Essa revolução possui um caráter mais impressionante, porque foi realizada por agrupamentos que foram considerados como sub-humanos, condenados à realização de trabalho escravo. Como declara Rex Nettleford (2006), os revolucionários haitianos além de quebrar o silêncio e mostrar ao mundo o tráfico de escravos e a servidão que este impôs, atacaram de frente os problemas provocados pela escravidão numa rebelião com as armas em mãos.

O significado simbólico da Revolução Haitiana contribuiu ideologicamente na promoção da luta abolicionista e antirracista. Em um mundo dominado pela escravidão e pelo tráfico de escravos, a revolução haitiana não poderia passar despercebida: foi essencialmente subversiva na medida em que questionou radicalmente os próprios fundamentos da sociedade escravista, nomeadamente o racismo - por destruir o mito da insuperável inferioridade do negro - o colonialismo - ao fundar uma República independente e a estrutura econômica escravista - ao mostrar a possibilidade de estabelecer novas relações de produção. Esses três pilares da escravidão foram abalados e as repercussões dessa convulsão no mundo escravo foram significativas. Os impactos dela não ficaram dentro dos limites do Haiti e do Caribe, chegando a outros territórios da América e da Europa.

A França exigiu uma indenização na qualidade de antiga senhora colonial pela perda dos escravos. Em 1825, o Haiti concordou em pagar essa indenização de cerca de 150 milhões de francos. Uma exigência que caiu para 90 milhões de francos, mas que consumiu cerca de 80% do orçamento nacional da época. O Haiti tornou-se um país sistematicamente endividado. Esse endividamento sistemático justificou uma longa série de intervenções militares estrangeiras no país, a mais importante delas, foi a ocupação norte-americana do país que durou quase vinte anos (1915-1934). O regime militar dos Estados Unidos

reorganizou a economia para garantir os pagamentos da dívida externa, aboliu a cláusula da Constituição do Haiti e deixou o país, em 1934, depois de ter matado de 5 mil a 15 mil pessoas.

As cláusulas do tratado de 1915 não especificaram nada quanto ao poder desses funcionários. Mas em julho de 1920, após um conflito entre oficiais norte-americanos e haitianos, uma cláusula provisória foi inserida no tratado; concedeu ao chefe das forças ocupantes o direito de veto às leis haitianas. Esta nova provisão repassou a gestão financeira ao Consultor em gestão de patrimônio, que destacou o chefe das forças de ocupação como um especialista em questões financeiras. O Tesoureiro era responsável pela cobrança de direitos aduaneiros, pelo fato de gerenciar despesas públicas e fazer cumprir as disposições relativas às importações e exportações. Era proibido modificar, sem permissão do Presidente dos Estados Unidos, a tarifa alfandegária se as receitas do estado diminuíssem. (Art. IX). O Consultor em gestão de patrimônio, assessor técnico do Ministro da Finanças, tinha a prerrogativa de garantir um orçamento equilibrado, promover uma política de aumento da receita tributária, acompanhar a evolução da dívida pública e, em geral, quaisquer recomendações cuja natureza tenda a garantir o bem-estar e a prosperidade do país. (Art. II - III). Essas disposições privaram o Estado haitiano de todo poder de decisão nas finanças públicas, subordinando a sua política financeira e impostos aos interesses do ocupante (CASTOR, 1988, p. 117) **(tradução minha<sup>1</sup>)**.

Em 1957, François Duvalier, um médico e escritor, foi eleito presidente da República do Haiti. Ele organizou uma milícia assassina para aterrorizar a população haitiana, tendo passado catorze anos no poder. François Duvalier faleceu em 1971<sup>2</sup> e Jean-Claude Duvalier (também conhecido como Baby Doc<sup>3</sup>), o filho dele, foi proclamado presidente vitalício do Haiti (ÉTIENNE, 2007).

Durante o governo de Jean-Claude Duvalier, uma nova geração que vem das favelas de Porto Príncipe (capital da República do Haiti), orientada e influenciada pela Teologia da Libertação, desempenhou um papel importante na revolta que possibilitou a libertação do país da ditadura, tendo tal geração como figura principal, o padre Jean-Bertrand Aristide. Os protestos em massa forçaram *Baby Doc* a se exilar na França, em fevereiro de 1986. Após o exílio de Jean-Claude Duvalier, juntas militares governaram o país de forma breve, e foram dirigidas por Henri Namphy e Prosper Avril.

---

<sup>1</sup> Todas as traduções apresentadas neste documento são de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> O sistema global instituído pela ocupação e herdado dela, não conseguiu resolver o problema do desenvolvimento, nem mesmo o da estabilidade política de longo prazo. Estruturas arcaicas continuaram a se impor na conformação da sociedade haitiana. As novas estruturas de dependência não conseguiram constituir as forças motrizes do desenvolvimento capitalista dependente. Ocorreu um desajuste a longo prazo entre aspectos econômicos da sociedade haitiana que não mudaram e mecanismos modernizados de poder. As dificuldades do país, a estagnação econômica acentuada, levou a distorções cada vez mais graves, por parte das classes dominantes, desta democracia representativa. Este processo, que começou em 1956-1957, culminou em um colapso de todo o sistema, tornando inoperantes os novos mecanismos colocados em prática após 1915. A ditadura de Duvalier é o resultado de todo esse processo que é um fruto definitivo do período de ocupação pós-americana (Ver CASTOR, 1988).

<sup>3</sup> Nome vulgar do J. C. Duvalier.

A ditadura durou quase trinta anos e depois dela abriu-se a dita era democrática com a chegada à presidência por via eleitoral do jovem padre católico muito carismático denominado Jean-Bertrand Aristide, o mesmo que lutou contra a ditadura dos Duvalier. Essa foi a primeira vitória eleitoral de *Lavalas*<sup>4</sup>, o partido político de Aristide. O padre que se tornou presidente em 1990, movido pelas ideias que provinham da teologia da libertação, orientada para a defesa das populações mais pobres, propôs acabar com os privilégios das classes dominantes para tornar o país igualitário em termos de distribuição justa da riqueza.

Antes da posse de Aristide em janeiro de 1991, alguns elementos reacionários do exército do Haiti, que integravam as *Forces Armées d'Haïti (FAd'H)*, invadiram o Palácio Nacional para colocar no governo um partidário do regime dos Duvalier denominado Roger Lafontant. Esta tentativa de golpe de Estado foi contida pela mobilização popular e pela intervenção de uma outra parte do exército pró-Aristide. Mas, em setembro de 1991, com uma tática elaborada com mais precisão, os elementos reacionários do exército tiveram êxito na deflagração do golpe de Estado contra o presidente Aristide.

Dois homens foram responsáveis pela preparação e realização deste golpe de Estado, o General Raoul Cédras e o chefe da polícia Michel François. Duas famílias da classe dominante do país financiaram ativamente o golpe de Estado com milhões de dólares: os Brandt e Mevs. Durante a primeira noite do golpe, cerca de 300 pessoas morreram. Provavelmente mais pessoas foram assassinadas, porque o jornal *Washington Post* relatou que somente em *Cité Soleil* (uma favela de Porto-Príncipe) foram cerca de 250 pessoas. Durante os três anos que seguiram o golpe, igrejas e organizações comunitárias foram invadidas, cerca de quatro ou cinco mil partidários de *Lavalas* foram assassinados, cerca de 300.000 pessoas deixaram suas casas sob ameaça de morte; 60.000 pessoas foram forçadas ao exílio, às vezes em barcos, sem nenhuma garantia de segurança no mar (HALLWARD, 2010, p. 40<sup>5</sup>).

Em outubro de 1994, o presidente Jean-Bertrand Aristide voltou ao Haiti com a ajuda de Bill Clinton, presidente estadunidense da época. Aristide aceitou que seu mandato, que

---

<sup>4</sup> *Lavalas* é uma palavra que vem do crioulo haitiano designando o aguaceiro ou a avalanche. Designa também um partido político social-democrata do Haiti próximo ao presidente Jean-Bertrand Aristide. Além disso, *Lavalas*, no sentido político no Haiti, caracteriza uma maré humana que arranca tudo o que encontra no seu caminho.

<sup>5</sup> Peter Hallward, filósofo político canadense e professor de filosofia na Middlesex University em Londres, publicou vários textos de análise da história recente do Haiti. Sua obra intitulada *Damming the flood: Haiti and the politic of containment* publicada em 2010, constitui um trabalho muito relevante para entender alguns pontos da questão haitiana passada e atual.

começou em 1991, terminasse em 1995, apesar do golpe de Estado que sofreu; também aceitou realizar um ajuste estrutural na economia do país, o que acabou dividindo o movimento *Lavalas*.

O final do século 20, que coincide com a volta do Jean-Bertrand Aristide ao Haiti depois do golpe de Estado de 1991, marca a chegada das políticas neoliberais no país. De acordo com Peter Hallward, o plano do Fundo Monetário Internacional (FMI) visava “uma queda maior de salários já reduzidos a níveis de fome, a privatização do setor estatal, a reorientação da produção doméstica para os produtos agrícolas comerciais populares nos supermercados norte-americanos e a eliminação das tarifas de importação” (HALLWARD, 2006, p. 226-227). Com essas medidas, a produção doméstica do Haiti quase desapareceu, sobretudo a de arroz. Em 1985, o país importava 7 mil toneladas de arroz estadunidense, passando para 220 mil toneladas em 2002. A economia haitiana declinou naquele período<sup>6</sup>. Mas mesmo com recursos limitados, o governo *Lavalas* (2001-2004) realizou passos

---

<sup>6</sup> Para caracterizar a situação de dependência do Haiti, alguns autores apontam a questão da produção agrícola que sofreu vários ataques no país, ataques realizados sobretudo pela chamada “Internacional Comunitária”. Neste caso, o foco para instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional consistia no enfraquecimento das bases produtivas do país para tornar mais efetiva a dependência e a divisão internacional do trabalho. De acordo com Louis-Juste (2007, p. 81-83), “As atividades agrícolas das 960 mil famílias camponesas permitem a 500 mil pessoas encontrarem uma ocupação na venda da produção agrícola (40 mil pequenos comerciantes permanentes e 350 mil sazonais). Porém, no comércio de gêneros, só 16 famílias controlam o setor (LOUIS-JUSTE, 1999, f. 86). Afinal de contas, a autonomia alimentar tem consideravelmente se deteriorado. Se, entre 2000 e 2005, a produção de víveres oscila entre 1.893.490 e 1.920.000 toneladas métricas, no mesmo período, a ‘ajuda em alimentos’ é estimada em cerca de 187.720 e 124.734 toneladas equivalentes em cereais. A relativa diminuição desse volume talvez possa ser devida a uma boa sazonalidade de chuva, porém, o fato da dependência alimentar persiste. Ora, esta pode ser evidenciada através da estrutura na disponibilidade alimentar assinalada pela CNSA em 2004. Conforme seu boletim de conjuntura, a ajuda e a importação de alimentos somam 939515 toneladas métricas, enquanto a produção aumentou em 1.667 600 toneladas. Estimam-se as necessidades em alimentos do País em 1.830.000 toneladas equivalentes em cereais. Em outras palavras: a oferta local de alimentos não ultrapassa 45% das necessidades. Conforme Eduardo GALEANO (2007, p. 114), ‘o Haiti passou de país produtor de arroz a país importador. Os agricultores do arroz haitiano se transformaram em mendigos ou balseiros e o Haiti passou a ser [...], um dos quatro mais importantes mercados do arroz norte-americano no mundo’. Ao mesmo tempo, as políticas públicas sofreram a pressão do plano de reforma estatal promovido, no Haiti, pelo FMI e o Banco Mundial, a partir do ano 1979. De 15,2% do PIB, em 1972, os gastos públicos em educação passam para 4,3% em 1983. Apenas, em 1990, subiram para 12,5% para cair de novo ao nível de 9,3% em 1996. Conforme um relatório do Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP), os gastos públicos voltados para cuidar da saúde da população, apenas representam 6% e 8% do PIB, respectivamente em 1999-2000 e 2000-2001. No mesmo período, o pagamento do Serviço da Dívida alcança 22% do PIB. Esse resultado nada tem de natural. Foi planejado pelo imperialismo estadunidense. A arma alimentar conseguiu atingir o seu alvo: a destruição da produção camponesa: ‘Desde 1973, os EUA têm outorgado cerca de 218 milhões de dólares americanos ao Haiti, em ajuda alimentícia e assistência técnica’”. Portanto, a problemática da dependência do Haiti está estreitamente ligada ao imperialismo estadunidense, junto com instituições como o FMI e o Banco Mundial que participaram ativamente da deterioração das capacidades do Estado haitiano.

significativos em termos sociais com a criação de escolas e de centenas de centros de alfabetização e a adoção de investimentos na medicina que ajudaram no combate ao HIV.

A linha do governo criou inimigos tanto no campo da direita quanto nos grupos de esquerda. O pânico tomou a classe dominante haitiana que se sentia ameaçada pelo *Lavalas* no governo. Ao longo do tempo, Aristide caiu num isolamento, sobretudo porque perdeu o apoio da *Organisation du Peuple en Lutte* (OPL),<sup>7</sup> dirigida pelo Gérard Pierre-Charles. As eleições de maio de 2000 foram a principal razão da discórdia entre o *Lavalas* e a OPL. O divisor de águas de maio de 2000 foram as eleições parlamentares e presidenciais. Aristide foi acusado de desvios autoritários, sua vitória e a de deputados e senadores do *Lavalas* nas eleições foram contestadas. Aristide venceu a eleição presidencial com 91% dos votos válidos, mas a oposição não aceitou esse resultado. Portanto, a *Convergence Démocratique*, formada pela *Organisation du Peuple en Lutte* (OPL) e pelo *Mouvman Peyizan Papay de Jean-Baptiste*<sup>8</sup> pediu “a anulação total das eleições de 2000 e a proibição de que Aristide participasse em qualquer votação subsequente” (HALLWARD, 2006, p. 232).

Neste contexto, o *Lavalas* se fragilizou, houve uma divisão entre Aristide e alguns líderes do partido, que eram contra sua política. É nesta conjuntura que as eleições presidenciais e legislativas de 2000 são organizadas. As eleições de 2000 foram uma consulta eleitoral que deu a vitória ao presidente Jean-Bertrand Aristide. O partido *Fanmi Lavalas* (FL) conquistou cerca de 95% dos assentos no Parlamento do Haiti. Foi uma vitória que parecia incontestável, mas a chamada oposição democrática, que se recusou a participar, não aceitou os resultados das eleições, afirmando que houve fraude, porque, segundo eles, Aristide controlava o aparelho eleitoral (HALLWARD, 2010).

Hallward (2010) afirma que a vitória de Aristide e *Fanmi Lavalas* nas eleições de 2000 teve um “alto” custo. Depois da contestação dos resultados das eleições pela oposição, o Departamento de Estado dos Estados Unidos suspendeu toda a assistência ao governo haitiano. O governo Jean-Bertrand Aristide começou o mandato já com uma desvantagem, tendo em vista que a subsistência do Haiti no plano econômico dependia em grande parte da

---

<sup>7</sup> A *Organisation du Peuple en Lutte* é um partido político haitiano, criado em 1994, que integra como observador a *Internacional Socialista* e é membro da *Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe* (COPPPAL).

<sup>8</sup> Conforme consta no site da própria organização: “Fundado em 20 de março de 1973 em Papaye (3ª seção comunal de Hinche, capital do departamento do Centro, Haut Plateau Central - Haiti), o *Mouvement Paysan de Papaye* é uma organização camponesa que visa unir todos os camponeses do Haiti e reunir os jovens trabalhadores rurais organizados em grupos com vistas à sua promoção cultural e econômica” (MPPHAITI, 2021).

assistência internacional, sobretudo a oriunda dos Estados Unidos. Além disso, o Fundo Monetário Internacional exigiu do governo cortes drásticos dentro da administração, medidas financeiras que enfraqueceram o governo e geraram muitas dificuldades para o presidente exercer seu mandato.

Essa crise política teve consequências consideráveis, conduzindo o país ao segundo golpe de Estado sob a presidência de Jean-Bertrand Aristide em fevereiro de 2004, assunto que iremos discutir com mais detalhes neste trabalho.

## JUSTIFICATIVA

Cabe observar que a despeito da importância que o golpe contra o governo Aristide de 2004 teve para a política e a economia haitianas, o tema tem recebido pouca atenção dos estudos da área de Ciência Política.

O silenciamento operado pelas revistas de referência em ciências sociais estadunidenses e europeias no que diz respeito ao golpe de Estado que aconteceu no Haiti em 2004, não parece ser inocente. Para fundamentar esse aspecto, mobilizo a obra do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot intitulada “Silencing the Past: Power and the Production of History” (1995), na qual o autor analisa o caráter colonial do discurso do ocidente e caracteriza a narrativa da dominação global dele sobre povos não-ocidentais.

Segundo Trouillot (1995, p. 27), a revolução haitiana foi silenciada pela historiografia ocidental, sobretudo, porque ocorreu num período em que era inconcebível.

De fato, a afirmação de acordo com a qual africanos escravizados e seus descendentes não podiam imaginar sua liberdade – e menos ainda formular estratégias para conquistar e afiançar tal liberdade – não estava baseada tanto na evidência empírica quanto numa ontologia, uma organização implícita do mundo e de seus habitantes. Ainda que de nenhum modo monolítico, esta concepção do mundo era amplamente compartilhada por brancos na Europa e nas Américas, e também por muitos proprietários não-brancos de plantações. Mesmo que tenha deixado espaço para variações, nenhuma destas variações incluiu a possibilidade de um levante revolucionário nas plantações de escravos, e menos ainda que fosse exitoso e conduzisse à criação de um Estado independente. Assim, a Revolução Haitiana entrou na história mundial com a característica particular de ser inconcebível ainda enquanto corria (TROUILLOT, 1995, p. 73 *apud* LANDER, 2005, p. 16).

O silenciamento da revolução haitiana é apenas um capítulo dentro da narrativa da dominação global sobre os povos não-europeus (TROUILLOT, 1995, p. 107). No que diz respeito ao golpe de Estado de 2004, o silenciamento tem como objetivo ocultar os

verdadeiros objetivos dos países que estavam na linha de frente do golpe. O controle sobre essa narrativa garante uma continuidade de legitimidade a países como os Estados Unidos, a França e o Canadá, no que concerne ao caso do Haiti.

Mas quando o silêncio não é total, quando o assunto do golpe de 2004 é abordado por alguns pesquisadores: uns assumem uma narrativa que considera só a ocupação do território e a internacionalização da crise política haitiana (2000-2004), negligenciando o governo Aristide e os conflitos internos (PIERRE, 2020); outros enfatizam os conflitos internos entre o governo Aristide e a oposição, deixando de lado a internacionalização do conflito na sua essência (PODUR, 2012). Além disso, existem autores que se focalizam sobre as eleições como o problema central, mostrando que as causas da crise são institucionais; ou seja, o país está em crise, porque as instituições não funcionam (ÉTIENNE, 2019). Por fim, há aqueles que apresentam o Haiti como uma nação quebrada cujo subdesenvolvimento e a pobreza são culpa somente dos haitianos e do “ditador” Aristide (GIRARD, 2010).

**Quadro 1** - A crise haitiana de 2004 nas revistas de Ciência Política norte-americanas e europeias (2004-2020)

<b>Nome da revista</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Autor (es)</b>	<b>Ano de publicação</b>
Atrium	Haiti : the tumultuous history-from pearl of the Caribbean to broken nation	Philippe R. Girard	2010
Atrium	Haiti's new dictatorship : the coup, the earthquake and the UN occupation	Justin Podur	2012
Atrium	Getting Haiti right this time : the U.S. and the coup	Paul Farmer, Noam Chomsky, Amy Goodman	2004
Atrium	Haïti : la drôle de guerre électorale, 1987-2017	Sauveur Pierre Étienne	2019

Acta Politica	-	-	-
American Journal of Political Science	-	-	-
The Annals of the American Academy of Political and Social Science	-	-	-
Annual Review of Political Science	-	-	-
British Journal of Political Science	-	-	-
Canadian Political Science Review	-	-	-
Études du CERI, Les	-	-	-
European Journal of Political Research	-	-	-
European Political Science Review	-	-	-
International Political Science Review	-	-	-
Global Policy	-	-	-
Gouvernement et Action Publique	-	-	-
Journal of Politics, The	-	-	-
Journal of Theoretical politics	-	-	-
Perspectives on Political Science	-	-	-
Perspectives on Politics	-	-	-
Political Power and	-	-	-

Social Theory			
Political Quarterly	Haiti, Foreign-Led Insurgency, 2004	Alexander King	2009
Political Quarterly	Haiti: An Archive of Occupation, 2004	Jemima Pierre	2020
Political Research Quarterly	-	-	-
Political Science Quarterly	-	-	-
Politics & Society	-	-	-
Politique et Sociétés	-	-	-
Politix	-	-	-
Polity	-	-	-
Pouvoirs	-	-	-
PS, Political Science and Politics	-	-	-
Revue Canadienne de Science Politique/Canadian Journal of Political Science	-	-	-
Revue Française de Science Politique	-	-	-
Scandinavian Political Studies	-	-	-

Elaboração própria

O presente trabalho pretende apresentar uma análise alternativa à visão institucionalista que é bastante influente no debate sobre o golpe de Estado de 2004 no Haiti,

abordando os conflitos internos e a internacionalização da crise política, introduzindo a dimensão da luta de classes, e as disputas de projetos de sociedade em presença (o projeto de Jean-Bertrand Aristide e o do *Groupe 184*).

Para tanto, dividimos esse trabalho em três capítulos. No capítulo 1, abordamos as eleições parlamentares de 2000 no Haiti, que desempenharam um papel fundamental no surgimento do conflito, pelo menos de forma aberta. No segundo capítulo, tratamos do golpe de Estado de 2004 no Haiti e do papel que a “Internacional Comunitária”<sup>9</sup> desempenhou em todas as fases desde sua preparação até sua realização. Por fim, abordamos as consequências do golpe de Estado para a América Latina em geral e o Haiti em particular.

---

<sup>9</sup> Internacional Comunitária é um conceito formulado pelo sociólogo haitiano Jean-Anil Louis Juste num artigo intitulado *Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti* (2003) para designar o conjunto de nações e instituições influentes no domínio das relações internacionais e que possuem um poder decisório no mundo, por ocuparem uma posição privilegiada na ONU, entre elas: a França, os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá, a Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional etc. Essas nações e instituições representam uma poderosa Internacional Comunitária que participa da orientação das políticas voltadas para a reprodução das desigualdades sociais e políticas.

## CAPÍTULO 1

### AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2000 NO HAITI

Entre os dias 11 de janeiro de 1999 e 26 de novembro de 2000, o Haiti viveu um impasse legislativo que precedeu uma vitória eleitoral muito importante do partido político chamado *Fanmi Lavalas* e de seu candidato à presidência: Jean-Bertrand Aristide. Desde o ano 1997, data das últimas eleições, o país não organizou novas eleições parlamentares. Este problema é o resultado da primeira transição democrática entre dois governos civis haitianos. Em 1996, René Préval, primeiro-ministro entre fevereiro e outubro de 1991, sucedeu ao presidente Jean-Bertrand Aristide no cargo, tornando-se o novo chefe de Estado (HERRERA, 2004, p. 1).

Em 11 de janeiro de 1999, o presidente René Préval anunciou que o mandato da Assembleia Nacional havia expirado e, portanto, passou a governar por decreto. As datas das novas eleições legislativas foram então fixadas para 19 de março e 30 de abril de 2000. Após um ano e meio de instabilidade política, o anúncio da realização das eleições desencadeou uma onda de violência no país (PERSPECTIVE MONDE, 2000).

O presidente do Conselho Eleitoral Provisório (CEP), responsável pela organização das eleições no país, informou que, se a violência não cessasse, as eleições seriam adiadas e a oposição avisou que não participaria se o clima de terror persistisse. Em abril de 2000, pelo menos dez membros da oposição foram assassinados e um grupo que alegava fazer parte da Família *Lavalas* queimou a sede da oposição *Convention Démocratique Unie* (partido político da oposição). No início de março de 2000, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) adiou as eleições *sine die*, e a ajuda internacional de mais de 500 milhões de dólares, de que o Haiti necessita urgentemente para combater a miséria que aflige cerca de 75% de sua população, foi imediatamente congelada na ausência do Parlamento (PERSPECTIVE MONDE, 2000).

Além disso, a partir do período do fim da ditadura, o país sofreu choques econômicos de grandes proporções,

De 1986 até os dias atuais, a economia nacional sofreu choques dos quais ainda não conseguiu se recuperar. As consequências ainda pesam sobre o funcionamento das atividades econômicas. Segundo economistas haitianos, as causas da miséria da economia nacional estão ligadas a diversos fatores. Primeiro, levamos em consideração os choques exógenos vindos da economia mundial. Na década de 1980, a economia mundial viveu uma recessão que teve um impacto muito negativo

sobre a economia haitiana, cujo modelo de crescimento está voltado para as exportações e o turismo. A deterioração dos termos de troca desferiu um golpe fatal nas principais commodities de exportação e a economia entrou em um ciclo de recessão. Em 1991, o Haiti foi sujeito a um embargo comercial que enfraqueceu ainda mais as estruturas da economia. Todos os setores foram duramente atingidos por esta situação, que elevou o desemprego. As molas principais da economia estão quebradas e ela nunca consegue voltar ao nível anterior de crescimento. A isso se somam a eliminação do rebanho suíno e a campanha do governo americano para associar o vírus da Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) ao povo haitiano. Como resultado disso, o turismo, que era o ponto forte da economia no ano de 1970, declinou completamente. O Haiti já perdeu sua posição de grande destino turístico no Caribe. O modelo de crescimento econômico, baseado nas exportações e no turismo, não é o mais adequado. A combinação desses fatores ajudou a manter o país na pobreza que vivemos agora (AUGUSTIN, 2008, p. 58).

Com um primeiro-ministro demissionário, no caso Rosny Smarth<sup>10</sup>, criticado por seu programa de austeridade e a vacância de dois terços do Senado caduco, o país afundou-se na violência e a miséria aumentou em grande parte por causa da falta de ajuda internacional que representava na época 86% da economia (PERSPECTIVE MONDE, 2000). No mesmo ano de 1999, René Préval, o novo presidente, rejeitou um projeto de lei que pretendia estender o mandato dos deputados, preferindo seguir uma outra via, a de dirigir o país por meio de decretos. Além disso, nomeou Jacques-Edouard Alexis, ex-ministro do Interior e das Coletividades Territoriais, como primeiro-ministro (PERSPECTIVE MONDE, 2000).

Após um atraso considerável, o escrutínio que consistiu na eleição de 19 senadores, 82 deputados, 133 câmaras municipais e 564 juntas administrativas de seções comunais Conselho de Administração da Seção Comunal (CASEC) foi realizado nos dias 21 de maio e 9 de julho de 2000. Devido ao clima de insegurança, a campanha ocorreu sem reuniões públicas, evitando assim que os eleitores tivessem contato com os programas eleitorais dos candidatos.

A eleição de 21 de maio de 2000 teve uma alta participação de eleitores que fizeram fila para votar, ao contrário das eleições de 1997, quando a participação foi de 7% (UNION INTERPARLEMENTAIRE, 2000). Vários líderes políticos expressaram reservas por causa de vários problemas logísticos - falta de pessoal, equipamento, cabine de votação - mas o clima da votação foi tranquilo. Este afluxo de público às urnas não foi o mesmo durante o segundo turno, realizado em 9 de julho de 2000, quando as seções eleitorais permaneceram quase vazias. Este segundo turno, organizado apenas nas províncias, para a renovação de 46

---

<sup>10</sup> Rosny Smarth, universitário haitiano formado em Ciências Econômicas, foi Primeiro Ministro do Haiti de 27 de fevereiro de 1996 a 9 de junho de 1997 após o mandato de Claudette Werleigh. Ele renunciou em 9 de junho em desacordo com o presidente René Préval e em face do impasse político em que o Haiti se encontrava.

das 82 cadeiras da Câmara dos Deputados, foi boicotado pela oposição que se retirou após denunciar a fraude no primeiro turno.

### 1.1 ACUSAÇÕES DE FRAUDES

Mais de 200 observadores internacionais, metade enviada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciaram os métodos de contagem dos votos e distribuição de assentos no primeiro turno (UNION INTERPARLEMENTAIRE, 2000). O presidente do CEP, Léon Manus, que se recusou a endossar os resultados finais por conta de irregularidades na contagem dos votos, teve que deixar o país sob a proteção de diplomatas estrangeiros e refugiar-se nos Estados Unidos. A OEA retirou seus observadores para o segundo turno, considerando que os resultados do primeiro haviam sido manipulados em favor do partido *Fanmi Lavalas* do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide.

Os resultados deram a este partido 26 das 37 cadeiras renovadas na Câmara dos Deputados e 18 das 19 cadeiras a serem preenchidas no Senado. As nove cadeiras que permaneceram vagas no Senado durante a primeira votação, e que foram ocupadas ao mesmo tempo que as eleições presidenciais de 26 de novembro de 2000, foram alocadas, de acordo com os resultados, ao partido *Fanmi Lavalas*. A oposição, que não participou nestas eleições, exigiu o cancelamento da votação. O resultado final para a Câmara dos Deputados deu a maioria das cadeiras ao partido *Fanmi Lavalas*, isto é, 72 dos 82 cadeiras da Câmara dos Deputados (HALLWARD, 2006).

As tensões persistiram. Desde março de 2000, cerca de dez pessoas morreram em consequência de atos de violência ligados às eleições. E quatro dias antes da votação, uma bomba explodiu em frente à sede do Conselho Eleitoral Provisório. Segundo a ferramenta educacional para as principais tendências globais desde 1945, da Escola de Política Aplicada da Universidade de Sherbrooke no Canadá chamada *Perspective Monde* (2000), enquanto o Conselho Eleitoral denunciava grandes irregularidades, Préval endossava o resultado da votação. O presidente do Conselho Eleitoral, Léon Manus, fugiu do país no dia 16 de junho após se recusar a aprovar a apuração final. Em 26 de novembro de 2000, Jean-Bertrand Aristide venceu a eleição presidencial com cerca de 91% dos votos. Mas a maioria dos partidos da oposição boicotou a votação, criticando a parcialidade do Conselho Eleitoral (HALLWARD, 2006).

A “Internacional Comunitária”, sobretudo as mídias convencionais, acusou o partido político *Fanmi Lavalas* e o presidente Jean-Bertrand Aristide de fraude. Véronique Kiesel, jornalista belga, declarou o seguinte num artigo publicado em 28 de novembro de 2000, no jornal belga *Le Soir*:

[...] Aristide não é Mandela: não tem essa rara capacidade de transformar em energia positiva o mal que lhe foi feito, nem de colocar os interesses do seu país antes dos seus. Durante o mandato de cinco anos de René Préval, a família Lavalas, o partido de Aristide, teve a oportunidade de fazer avançar o ambicioso programa de reformas que apresentou. No entanto, esses cinco anos foram marcados por uma estagnação total: paralisia política, suspensão da ajuda externa por falta de um governo competente. Só a pobreza continuou a crescer ... E Aristide? Mesmo que mantenha certa popularidade entre a população haitiana, chegou a hora do desencanto. Excomungado, depois casado com uma americana de origem haitiana, ele agora inspira medo. (...) Vingança de um homem de quem grande parte de seu mandato anterior havia sido roubado? A versão de Aristide 2000 parece, em todo caso, movida pelo gosto pelo poder a todo custo: as eleições legislativas de maio, vencidas por seu partido, foram marcadas por fraudes, a ponto de a comunidade internacional se recusar a supervisionar e financiar as que foram realizadas. No domingo, a oposição se recusou a participar (KIESEL, 2000).

O jornalista francês Jean-Michel Caroit afirmou que os haitianos não votaram nas eleições de 2000:

Em quase todos os lugares, as votações foram marcadas por grande desorganização e inúmeras irregularidades. Nenhum observador, haitiano ou estrangeiro, era visível. Apenas os delegados do partido Lavalas guiaram os eleitores e fiscalizaram as operações. Um repórter da Rádio Ibo, uma emissora da capital, entrevistou um jovem de 13 anos que pôde votar com segurança. Enquanto o porta-voz do conselho eleitoral anunciou à tarde "uma participação massiva", os jornalistas haitianos não hesitaram em negar no ar as afirmações sobre o fato de que havia locais de votação vazios. Pouco depois de ter votado, o Primeiro-Ministro, Jacques-Edouard Alexis, reconheceu que a participação foi tímida na capital, não sem dizer que foi "massiva" nas províncias. Aqui, novamente, os relatos dos correspondentes radiofônicos discordam dessa afirmação (LE MONDE, 2000, p. 3).

Esses tipos de declaração demonstram o tipo de clima que prevaleceu no período e a visão que tinha uma parte da imprensa internacional sobre a situação política no Haiti.

## 1.2 ALIANÇA ENTRE A OPOSIÇÃO E ALGUMAS ASSOCIAÇÕES NO PAÍS

A oposição ao presidente Jean-Bertrand Aristide era constituída por um grande número de entidades da classe política e da sociedade civil. Além disso, entre o governo e a oposição dita democrática existiam os grupos paramilitares - que tinham Guy Philippe, um ex-policia, como principal liderança. Esses grupos lutavam para pôr um fim ao mandato do presidente Aristide.

Uma ampla coalizão da sociedade civil, incluindo o *Groupe 184*<sup>11</sup> e certos partidos políticos, formou uma oposição sem real base em Porto Príncipe, chamada de Plataforma Democrática. Recusando-se a ter um líder, a Plataforma era coordenada por um coletivo de nove membros que eram ouvidos pela Internacional Comunitária. O plano de paz apoiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela Caricom (Comunidade dos Países do Caribe) endossou todas as propostas apresentadas pela Plataforma para acabar com a crise, exceto o pedido de renúncia de Jean-Bertrand Aristide (TAILLEFER, 2004).

Nesse sentido, temos cerca de vinte partidos políticos também espalhados em diferentes agrupamentos, sendo o principal deles a *Convergence Démocratique*, que congrega sete partidos de esquerda e centro-esquerda. É dessa coalizão que saíram dois dos três principais porta-vozes da oposição que surgiram na época: o socialista Micha Gaillard, do *Congrès National des Mouvements Démocratiques* (CONACOM), um partido que era próximo do Aristide, e Evans Paul, ex-prefeito de Port-au-Prince e chefe da *Konvansyon Inite Demokratik* "Convenção da Unidade Democrática" (KID)<sup>12</sup>. Evans Paul também era muito próximo do presidente antes de começar a denunciar suas tendências autoritárias (TAILLEFER, 2004). Uma terceira porta-voz foi identificada: Marie-Denise Claude, do Partido Democrático Cristão-Haitiano (PDCH, centro), filha do Pastor Sylvio Claude, assassinado em 1991. O PDCH não fazia parte da Convergência Democrática (*Ibid.*).

### 1.3 PROPOSTA DE SAÍDA DE CRISE: ENTRE ACEITAÇÃO E RECUSA DA OPOSIÇÃO

As tentativas de *judicialização* da vida sociopolítica e econômica no Haiti conheceram fracassos significativos (NAUD, 2007, p. 123). A primeira tentativa situa-se no período 1804-1843 que é marcado pela vontade do Estado de enfrentar o caos social da escravidão pós-colonial e, sobretudo, para se afirmar em todo o território. O direito jurídico é visto como

<sup>11</sup> O Grupo dos 184 era um coletivo político haitiano criado em 2003 e que reúne associações e algumas figuras da classe dominante formada por empresários e funcionários de vários setores econômicos da sociedade haitiana, hostis ao presidente Jean Bertrand Aristide e seu partido político, o *Fanmi Lavalas*. O coordenador dessa coalizão de 184 organizações da sociedade civil era André Apaid, empresário americano-haitiano, seu pai apoiou os presidentes Duvalier.

<sup>12</sup> "A *Konvansyon Inite Demokratik* - KID (Convenção da Unidade Democrática) é um partido político haitiano originalmente fundado como um grupo de pressão política em 1986 (Le Nouvelliste 21 de março de 2005). Le Nouvelliste descreve o partido como populista. Embora o uso da sigla KID tenha permanecido constante, a organização também foi referida como Komite Inite Demokratik (Comitê da Unidade Democrática) e Confederação da Unidade Democrática Konfederasyon Inite Demokratik (Confederação da Unidade Democrática) em vários momentos (CISR, 2009)."

um instrumento para a realização dessa vontade (NAUD, 2007, p. 127). Mas as tentativas de concretizar esse direito esbarram em uma série de contingências econômicas e financeiras que deixaram o campo aberto ao surgimento e ao predomínio de instituições sociais espontâneas.

No começo do século XX, a situação não mudou neste sentido. Enfraquecida pela desintegração de suas estruturas fundamentais, a sociedade haitiana se torna mais vulnerável às estratégias de atores individuais e coletivos que privilegiam a violência como instrumento de defesa de seus próprios interesses. Interpretando essa tendência geral como um problema de ineficácia do sistema jurídico, as instituições supranacionais buscaram fortalecer os órgãos responsáveis por sua aplicação. A crise política decorrente das eleições de 2000 acentuou este problema no campo jurídico, mas o objetivo dos atores parecia ser a busca de uma solução para uma saída de crise (HERRERA, 2004).

Para resolver a crise política, a OEA desempenhou o papel de mediadora, embora não tenha conseguido obter resultados positivos a este respeito. Assim como representantes do governo, membros da oposição foram recebidos na sede da OEA em Washington. Em 12 de janeiro de 2001, o Secretário-Geral Adjunto, o Sr. Luigi Einaudi recebeu o Primeiro Ministro do Haiti Jacques-Edouard Alexis. Este último deu a conhecer as medidas que o governo haitiano tomou e queria implementar para remediar ao estado crítico da situação política em seu país, incluindo a designação de uma Comissão de juristas cuja missão seria o “Exame da questão das eleições de 21 de maio de 2000” (HERRERA, 2004, p. 6).

Posteriormente, em 31 de janeiro de 2001, o Secretário-Geral Adjunto recebeu uma delegação de cinco representantes da “Convergência Democrática”. Seu objetivo era expressar seu desacordo com o resultado das eleições de 26 de novembro de 2000, que considera constitucionalmente ilegal. Então, eles ameaçaram pôr em prática o plano anunciado durante os Estados gerais organizados em Port-au-Prince em 27 de janeiro de 2001, o que privilegiava o início de um processo de transição para o fim do mandato do Presidente Préval em 7 de fevereiro, designando um governo provisório (HERRERA, 2004, p. 6).

Em 12 de junho de 2002, as forças políticas haitianas, compostas por um lado, do partido do presidente Jean-Bertrand Aristide, *Fanmi Lavalas* e, por outro lado, da coalizão “Convergência Democrática”, concordaram em apoiar o Projeto de Acordo inicial endossado pelos representantes mediadores da OEA e da CARICOM. Este projeto previa, entre outras

coisas, a organização de eleições em 2003 e a formação de um Conseil Électoral Provisoire (CEP) credível, independente e neutro, cujos membros seriam escolhidos de acordo com um procedimento pré-estabelecido (*Ibid.*).

Esse conselho deveria constituir uma Comissão de Garantia Eleitoral (CGE) com o objetivo de fortalecer a participação e confiança dos cidadãos, instituições, candidatos e partidos políticos no processo eleitoral. Ao assinar o Projeto de Acordo inicial, o partido *Lavalas* e a *Convergence Démocratique* pactuaram a criação de um ambiente propício à expressão de escolha política, que permitisse a realização de eleições livres; a implementação de medidas apropriadas para aumentar a confiança e o respeito entre os partidos políticos e o governo, constituindo, assim, um diálogo político nacional que visava fortalecer a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a promoção do progresso econômico e social.

O governo Aristide/Alexis aceitou convidar uma missão da *Comissão Interamericana dos Direitos do Homem* para monitorar o cumprimento desses direitos (HERRERA, 2004). Finalmente, os dois principais atores políticos decidiram trabalhar, em concertação com os Estados membros da OEA e da CARICOM, para a padronização de relações entre o Haiti e a “Internacional Comunitária”, incluindo instituições financeiras internacionais, conforme o progresso feito na aplicação efetiva do acordo político, com vistas à solução duradoura para a crise decorrente de eleições de 21 de maio de 2000, e a fim de contribuir para promover o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

A proposta de Jean-Bertrand Aristide para resolver a crise eleitoral era organizar novas eleições para que a oposição pudesse competir. Como resposta, um dos líderes da oposição, Evans Paul, declarou que com Aristide no poder não havia condições para organizar novas eleições confiáveis (HALLWARD, 2010). Em 2001, Aristide convidou a Convergência Democrática para participar do governo, mas tal organização recusou o convite. Em novembro de 2002, Aristide de novo convidou membros da Convergência Democrática para participarem do *Conseil Electoral Provisoire* “Conselho Eleitoral Provisório” (CEP), o órgão que organiza as eleições no Haiti, mas a oposição reiterou a recusa. O presidente propôs à oposição a maioria das cadeiras no Conselho Eleitoral Provisório, e, novamente, o convite foi recusado. As demandas da oposição em relação à “opção zero” (HALLWARD, 2006) (que pode ser vista como o fato de recusar qualquer

solução que não seja a renúncia do presidente) eram claras: renúncia do governo, formação de um governo interino de “união nacional” e organização de novas eleições legislativas.

Apesar de todos esses esforços tangíveis, o caos político tomou conta do país desde 2003. Mas, de um certo modo, temos que admitir que a decadência da classe política haitiana existia desde o período pós-abolicionista. O governo liderado por Aristide não honrou todos os compromissos contidos no Projeto de Acordo inicial e não deu seguimento às cláusulas das resoluções 806 e 822<sup>13</sup> (HERRERA, 2004). Esta última resumiu algumas medidas que provavelmente ajudariam a acabar com a crise política, em particular: o restabelecimento de um clima de segurança, a viabilização das eleições legislativas e locais, a instauração de processos judiciais contra os envolvidos nos fatos de 17 de dezembro de 2001, a realização de investigações públicas sobre crimes políticos, bem como o pagamento de indenizações a pessoas e organizações que sofreram danos como resultado direto dos eventos violentos do dia 17 de dezembro de 2001.

Diante das circunstâncias, a coalizão “Convergência Democrática”, vendo suas chances de ganhar as novas eleições diminuírem, exigiu a renúncia do presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, recusando qualquer iniciativa de negociação com ele. No mesmo momento, os grupos armados insurgentes invadiram<sup>14</sup> várias cidades em todo o país. O ambiente político, econômico e social reinante no Haiti desde dezembro de 2003 estava propício a um golpe de Estado muito previsível.

---

<sup>13</sup> As resoluções 806 e 822 entram no quadro das iniciativas tomadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para apoiar o fortalecimento da democracia no Haiti. A resolução 822, de maneira específica, resumiu algumas medidas que deveriam ajudar a acabar com a crise política. Em particular, o restabelecimento de um clima de segurança e a viabilidade das eleições legislativas e locais.

<sup>14</sup> “Desde então, e até 5 de fevereiro, portanto, grupos armados se opõem à polícia em Gonaïves. A ‘Frente de Resistência’, sob o comando de Butteur Métayer, irmão mais novo do chamado Amiot Métayer. Ele teria algumas centenas de homens e jurou derrubar o assassino de seu irmão, Aristide. Após a tomada de Gonaïves, o movimento ganhou ímpeto, aliando-se a outros adversários do presidente Jean-Bertrand Aristide, que regressaram do exílio apressados mas de forma muito organizada. Entre eles, o ex-policia Guy Philippe, também por muito tempo ao serviço de Aristide, foi comissário em Port-au-Prince e depois diretor da força policial no departamento do Norte no final dos anos noventa, foi repentinamente demitido pelo governo e fugiu para a República Dominicana. Em seguida, Aristide o acusou de ser o instigador do suposto golpe de Estado de 17 de dezembro de 2001, que tinha servido sobretudo como pretexto para uma onda de repressão, inclusive de assassinatos, contra a oposição. Outro personagem, mais que perturbado, volta: Louis Jodel Chamblain, ex-nº 2 da Fraph (Front Révolutionnaire pour l'Avancement et le Progrès d'Haiti), na verdade os paramilitares encarregados da repressão sob o regime do General Cédras (1991-1994), que interrompeu o primeiro mandato presidencial de Aristide. Louis Jodel Chamblain abafou notavelmente em 1994 um levante pró-Aristide, do Exército Canibal em Gonaïves. Butteur Métayer, Guy Philippe, Louis Jodel Chamblain encontram-se hoje dentro de um ‘Front de Resistance Nationale’, formada por ex ‘chimère’ e ex-soldados que não aceitaram sua desmobilização quando Aristide dissolveu o exército em 1995” (ARMENGAUD, 2004).

## CAPÍTULO 2

### O GOLPE DE ESTADO DE 2004 NO HAITI E O PAPEL DA “INTERNACIONAL COMUNITÁRIA”

Em 29 de fevereiro de 2004, o então governo da República do Haiti, cujo presidente era Jean-Bertrand Aristide, sofreu um golpe de Estado que resultou em inúmeros problemas de ordem política, social e econômica pelo país. Antes de entrar na caracterização daquele golpe de Estado particular do começo do século 21, vamos refletir sobre as considerações do fenômeno. O que é um golpe de Estado? Quais são as suas características? Por que caracterizar um fenômeno como golpe de Estado?

Segundo Naudé (1998, p. 10) *apud* Nigro (2013, p. 69), o golpe de Estado é um ato que decide algo importante, ou melhor, o golpe de Estado é,

[...] a ação que decide algo importante para o bem do Estado e do príncipe, o ato extraordinário a que um governo recorre para o que considera a salvação do Estado. Ação decisiva, extrema, violenta, pela qual o príncipe não só decide e traz a uma conclusão e resultado final o que está em jogo em uma situação e contexto particulares, mas também (daí o sentido do Estado extraordinário), apresenta seu ato aos "limites" do seu poder: daí a sua violência, que introduz a questão fundamental da sua justificação e da sua legitimidade.

Essa definição ajuda a entender o fenômeno no plano geral, mas nos parece obsoleta e limitada pelo fato de considerar que é o príncipe que decide e traz uma conclusão e resultado final à situação.

De acordo com Pariset (1921, p. 112-113) *apud* Cherrier (2008, p. 3), o golpe de Estado é um atentado contra a liberdade pública. É sempre militar e se distingue da Revolução pelo fato de que não é marcado pelo surgimento de uma classe social ou uma geração nova.

Por definição, o golpe de estado é, portanto, um ataque à liberdade pública, que reside essencialmente no equilíbrio organizado de poder. O ato é repentino e sempre assume formas jurídicas, pois o agressor, seja ele quem for, tem poderes regulares, visto que faz parte de uma pessoa jurídica. O golpe de Estado é inerentemente hipócrita. O agressor sempre sai vitorioso; ele toma a ofensiva na hora certa, e só a faz quando sabe que tem força, mais precisamente: força armada. O golpe de estado ainda é militar. O ato é breve, mas preparado com antecedência, com cuidado. Por ser breve e de pretensão legal, pode parecer pacífico. Salvo um acidente, o golpe de estado não é sangrento. Finalmente, o movimento nunca sobe de baixo para cima; não é democrático nem revolucionário; ela se dá de forma horizontal, no mesmo nível superior, e para participar ativamente dela é preciso fazer parte dos órgãos políticos que intervêm. O povo é apenas o espectador, o ajudante ou o instrumento. Disto se segue que o golpe de estado - que o distingue da Revolução - nunca marca

o advento de uma nova classe social ou geração. Não tem outro efeito do que substituir violentamente um funcionário do governo por outro.

Com essa definição avançamos na compreensão do que é um golpe de Estado, mas ainda não é suficiente para caracterizar o fenômeno na sua integralidade e nas suas especificidades. A definição sugere que um golpe de Estado é sempre militar, mas sabemos que não é sempre assim. Temos o exemplo do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 no Brasil, que ocorreu sem a intervenção direta dos militares; é o que chamamos de “neogolpismo”.

O neogolpismo é definido por Vitullo e Silva (2020, p. 33), como “um tipo de golpe de Estado que preserva certas aparências legais e se processa preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais – mesmo que estas possam, na sequência, eventualmente sofrer modificações, durante a etapa cinzenta que se abre a partir de então.”

Entre as definições do conceito de golpe de Estado, a que mantemos vem do cientista político Danilo Martuscelli. Fazendo uma distinção entre o que seria uma revolução e um golpe de Estado, ele apresenta alguns elementos que caracterizam esse último:

A partir da teoria do bloco no poder, elaborada por Poulantzas (1968), podemos dizer que se faz necessário demarcar também essa distinção conceitual entre revolução e golpe. Com o objetivo de situar tais fenômenos numa teoria marxista da história, diríamos que uma revolução se inscreve no processo de transição social de um modo de produção a outro, enquanto que um golpe de Estado deve ser associado às contradições e conflitos presentes nos processos de reprodução social de um dado modo de produção. Assim, uma revolução está vinculada à substituição da velha classe dominante por uma nova, ou em termos poulantzianos, à substituição do velho bloco no poder por um novo. Já um golpe de Estado está relacionado aos conflitos internos às classes e frações dominantes pelo controle do processo decisório estatal. Ou seja, está ligado a um tipo particular de conflito que se estabelece no seio do bloco no poder (MARTUSCELLI, 2018, p. 11).

Assim, segundo ele, o golpe de Estado está ligado às contradições e conflitos presentes nos processos de reprodução social de um dado modo de produção. No caso do golpe de Estado de 2004 no Haiti, este aspecto aparece claramente, visto que o presidente Jean-Bertrand Aristide queria pôr em prática o discurso segundo o qual as riquezas do país deveriam ser redistribuídas de forma adequada para diminuir as desigualdades sociais. As classes dominantes do país não queriam perder seus privilégios, portanto surgiram conflitos internos às classes e frações dominantes pelo controle do processo decisório estatal.

Neste sentido, assistimos a um confronto entre dois projetos de sociedade, o encabeçado pelo Jean-Bertrand Aristide e o outro apresentado pelo *Groupe 184*.

O Grupo 184 apresentou o seu projeto de sociedade em que expressou o seu desejo de convivência. Com efeito, o Grupo visa atingir nove objetivos, desenvolvidos através de quatro dimensões: política, cultural, social e econômica. Antes de qualquer coisa, entende “redefinir de modo radical as relações entre Estado, sociedade e cidadãos”. Porém, esse radicalismo se embasa na “aplicação de uma justiça sã e equitativa”. O “novo contrato social” nega a necessidade de justiça social para a emancipação do povo haitiano, embora este sofra, logo ao nascer, uma série de injustiças econômica, política, cultural que beneficiam os “grandons-bourgeois”. Nesse sentido, declarar que “desde a independência de nosso País, o Estado tradicional nunca defendeu os interesses do povo”, é parte de um discurso enganador. Construir um novo Estado é romper com a prática autoritária e discriminatória em todas as relações sociais haitianas. Não se trata de “definir um projeto coletivo de desenvolvimento” sem criticar de modo cabido o tipo de desenvolvimento que tem produzido essa pobreza maciça. Tampouco é questão de “normalizar a política” via “estabelecimento de um sistema de partidos estruturados, valorizados e que desenvolvem reais capacidades de gestão eficaz e eficiente”. Esse projeto de democratização política é um tipo de modernização que deveria ser acompanhada pela transformação da natureza vertical da autoridade que apóia e pratica a tese da naturalidade e normalidade da exploração dos trabalhadores, cuja ideologia sempre age como justificativa dos privilégios aristocráticos dos grandons-bourgeois. Ora, o Grupo dos 184, pela preocupação em mascarar esse caráter dominante do sistema haitiano, é incapaz de dissimular a sua intenção de apenas dar à ordem atual uma nova roupagem. Pretender que o Estado realmente seja instituído para “defender os interesses superiores da nação e aqueles de diferentes categorias da sociedade” é participar de uma tentativa de enganar o bom senso popular (LOUIS JUSTE, 2007, p. 104).

Apesar do posicionamento do Jean-Bertrand Aristide a favor dos “pobres”, ou seja, opção preferencial para os pobres, não podemos caracterizar seu governo como socialista. O segundo governo de Jean-Bertrand Aristide (2001-2004), representa frações não hegemônicas do bloco no poder.

O Estado moderno é um Estado de classe, mas isso não significa que seja um bloco monolítico sob o controle da burguesia, o Estado tem uma autonomia relativa. A autonomia relativa do Estado, em suma, é consequência do caráter plural e diferenciado das classes dominantes. Essa autonomia relativa do Estado no modo de produção capitalista permitiu ao governo Aristide tomar algumas iniciativas que não vão no sentido dos interesses de algumas frações hegemônicas do bloco no poder. O que resultou no conflito cujo resultado foi o golpe de Estado de 2004.

É possível perceber nos acontecimentos que resultaram no golpe de Estado de 2004, uma alternância entre democratização e golpe de Estado. Essa alternância é um convite para refletir sobre os elementos de ruptura e as continuidades de dinâmicas políticas de longa e curta duração (CIAVOLELLA, FRESIA, 2009). Essa problemática constitui um elemento fundamental no debate sobre o golpe de 2004 no Haiti e as chaves explicativas propostas por Antonio Gramsci podem ajudar a entender esse tipo de leitura.

Como foi dito, a situação haitiana se presta a esse tipo de leitura na medida em que apresenta um bloco histórico (a classe dominante) que mantém sua hegemonia para além das mudanças institucionais graças a dois fatores em particular: de um lado, a tutela de um exército que os associa consenso com dominação (por uma certa retórica de legitimação, a do Estado de emergência); de outro, práticas - clientelismo, corrupção - que aproximam o Estado e a sociedade civil no sentido gramsciano (CIAVOLELLA, FRESIA, 2009). No entanto, um processo de "politização" da sociedade à margem do sistema formal "democrático" sugere que a busca hegemônica do bloco no poder, senão em crise, passa por uma zona de turbulência por conta da alternância de mobilização e desilusão política que se manifesta regularmente a nível popular.

Longe de constituir legado na modernidade estatal de grupos sociais que ainda não fizeram história, a subalternidade é definida como uma condição histórica produzida por um sistema hegemônico que tende a despolitizar as massas ou a atenuar seu impacto. Desafio potencial pela construção de consensos. Em uma estrutura simplificada, o bloco hegemônico e os subalternos "apolitizados" constituem então os dois pólos opostos (e selados) da sociedade política. O contexto haitiano poderia se prestar a essa interpretação dicotômica, com grandes estratos da população sendo frequentemente completamente excluídos da tomada de decisões políticas. O golpe de Estado de 2004 mostra claramente isso, é perceptível através do silêncio dos apolitizados durante todo o conflito até o golpe.

Mas como ocorreu o golpe de Estado de 2004? Quais foram os protagonistas? Quais foram os interesses em jogo? O próximo capítulo pretende tentar responder a essas perguntas.

O livro escrito por Noam Chomsky, Paul Farmer, Amy Goodman e vários/várias outros/outras autores/autoras, intitulado *Getting Haiti Right This Time: the U.S. and the Coup* analisa o golpe de Estado que ocorreu no Haiti em 2004 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide e dá atenção especial participação dos Estados Unidos neste processo.

Chomsky (2004) aborda o que ocorreu, no Haiti em 1994, no plano político depois da "restauração da democracia" pelas iniciativas tomadas por Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001. Chomsky mostra que esta intervenção, assim como outras antes dela, foi uma catástrofe. Segundo o autor, a imprensa tradicional liberal nos Estados Unidos desempenhou um papel muito importante na difusão de propagandas que afirmavam que o presidente Clinton teria restaurado a democracia no Haiti.

O terceiro capítulo da obra, *US Is Encouraging a Coup*, traz uma entrevista dirigida por Goodman (2004), jornalista americana, com a representante federal da Califórnia Maxine Waters, e trata da implicação direta dos Estados Unidos na preparação e na execução do golpe. Esse capítulo mostra como os Estados Unidos usaram, através da mídia e sobretudo dos políticos americanos, a desinformação para desacreditar o Movimento *Lavalas* e o presidente Aristide. Consta ainda neste capítulo a informação de que o senador Jesse Helm participou ativamente desse processo de desestabilização e sempre trabalhou contra o Haiti. Os Estados Unidos não apenas apoiaram ditaduras no Haiti, como a de François Duvalier (Papa Doc) e Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), como também deram suporte a golpes de Estado. Waters sustenta que a CIA sempre interveio na política haitiana.

O quarto capítulo, *Coup d'Etat Machine in Motion*, escrito pelo jornalista Kim Ives, tem como base uma fala do Primeiro Ministro do presidente Jean-Bertrand Aristide da época, Yvon Neptune. O Primeiro Ministro Yvon Neptune argumenta que a França, o mestre colonial do Haiti, disse que estava pronta para agir, para entrar no país, pois queria pôr em xeque o governo Aristide aproveitando o acirramento no começo do ano 2004, enviando uma força de intervenção.

Ele sustenta que a França estimulou uma rebelião no Haiti nos meses que precederam o golpe. Segundo Ives, citando Neptune, o Caribe é visto como o seu próprio quintal para os EUA. Esta potência capitalista usa a França e o Canadá para depois aparecer e aproveitar da situação quando a crise se instala. Isso é algo que Washington tem feito com frequência. Ele empurra o Canadá e a França, os dois outros poderes principais com influência no Haiti e interesses econômicos à frente, enquanto eles (os EUA) parecem hesitar ou possuir uma posição neutra no conflito.

A obra apresenta-se como mais uma denúncia em relação à participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 2004. Mostra como o papel dos Estados Unidos, da França e do Canadá foi decisivo na estimulação, na realização e no fortalecimento do golpe que o presidente Jean-Bertrand Aristide sofreu em 2004. É mais uma vez uma maneira de mostrar como ainda é forte a relação colonizador/colonizado entre as antigas colônias e as metrópoles. E também, como os novos “mestres” do mundo, num imperialismo exacerbado, conseguem impor as suas vontades aos ditos país do Terceiro Mundo.

*Reconstruir Haiti: entre la esperanza y el tridente imperial* é um livro que trata do golpe de 2004 que ocorreu no Haiti e de suas consequências. Apesar de ser um representante

da ONU no Haiti, Ricardo Seitenfus faz uma crítica muito interessante do processo, considerando primeiro os Estados capitalistas que apoiaram o golpe e segundo as consequências decorrentes desses acontecimentos.

No terceiro capítulo do livro, *Un golpe a la democracia: la caída de Aristide*, Seitenfus analisa o contexto no qual ocorreu o que ele chama de golpe. Para ele, há duas versões que se contrapõem frontalmente sobre a saída de Aristide e de sua família do Haiti. A primeira versão é a dos Estados Unidos que sustenta que eles agiram a partir da solicitação do próprio Aristide para ajudá-lo a abandonar Haiti com total segurança. De acordo com essa versão, o ex-presidente Aristide e sua esposa Mildred Trouillot foram conduzidos por oficiais da embaixada dos Estados Unidos até o Aeroporto Toussaint Louverture e deixaram o país às 6:15 da manhã a bordo de um jet comercial fretado pelo governo dos Estados Unidos.

A segunda versão vem de Jean-Pierre Perrin, um jornalista do periódico francês *Libération*. Perrin conta que chegou na residência do ex-presidente Aristide em Tabarre<sup>15</sup> pouco tempo depois da saída dele. De acordo com Perrin, não havia guardas no local e o portão de acesso estava entreaberto. A única pessoa que o jornalista encontrou foi Joseph Pierre, vigilante da residência, que lhe relatou o seguinte:

Os americanos brancos vieram procurá-lo de helicóptero. Eles também estavam acompanhados por homens encarregados de sua segurança. Eram mais ou menos 2 da manhã. Ele não queria ir embora. Os soldados americanos forçaram isso. Seguindo as armas apontadas para ele, ele foi forçado a segui-los. Os americanos são os mais fortes depois de Deus (SEITENFUS, 2016, p. 112).

Segundo o vigilante da residência, Aristide foi forçado pelos agentes estadunidenses a deixar o país. Esta versão se contrapõe à primeira que sustenta que o presidente Aristide tinha pedido uma ajuda aos EUA para abandonar o Haiti. Esses relatos sobre a chegada do grupo armado na residência do Aristide e de que ele foi forçado a deixar o país são motivo de polêmicas, mas o próprio Aristide declarou que foi sequestrado e forçado a deixar o país. Um terceiro elemento que não possui a legitimidade de uma versão, mas que não deixa de ser também muito importante na tentativa de entender o evento, diz respeito à divergência sobre a existência ou não de uma renúncia formal de Aristide à presidência. Há um documento escrito em crioulo (kreyòl), no qual aparece uma renúncia formal do presidente Aristide ao cargo de Presidente da República do Haiti:

---

<sup>15</sup> Tabarre é uma comuna do Haiti situada no departamento do Oeste, no distrito de Porto-Príncipe.

Ele nega ter renunciado. No entanto, ele admite ter redigido e assinado um documento em que a forma peculiar de escrita aristidiana é plenamente verificada. Este é o pequeno documento escrito em krèyol:

"28 de fevereiro de 2004,

Jurei respeitar e fazer cumprir a Constituição. Esta noite, 28 de fevereiro de 2004, estou determinado a respeitar e fazer cumprir a Constituição. A Constituição garante vida e paz. A Constituição não deve ser afogada no sangue do povo haitiano. Por isso, se minha renúncia impedir um banho de sangue esta noite, concordo em partir com a esperança de que haja vida e não morte. Vida para todos. Morte a ninguém. Respeitar a Constituição; Para fazer cumprir a Constituição; O Haiti terá vida e paz. Obrigado" (SEITENFUS, 2016, p. 113).

Além do fato de que existem várias versões sobre a saída de Aristide do país, Seitenfus mostra que por trás disso se esconde uma lamentável realidade: forças estrangeiras estavam se preparando para ocupar o Haiti em pleno Bicentenário da Independência do país. O autor sustenta que a intervenção do Ocidente na crise constitucional haitiana de 2004 baseou-se num paternalismo, messianismo e numa ingenuidade que incita a favorecer as ideias de intervenção com uma mania de acreditar que tudo que é ocidental, é necessariamente bom para o mundo. Para legitimar e justificar suas intervenções, o Ocidente levanta com frequência as bandeiras de Liberdade, Democracia e Estado de Direito.

Os Estados Unidos, seguidos pelo resto do ocidente, têm praticado um multilateralismo seletivo que permite aos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU impor *coalitions of the willings* (coalizão de voluntários), o que assegura a esses Estados membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU conduzir ou monopolizar uma intervenção militar liderada pela ONU. Assim, depois da ocupação norte-americana da ilha (1915-1934) planejada e executada pelos Estados Unidos, Haiti iria conhecer, a partir de 2004, mais uma vez uma intervenção militar denominada Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) sob a liderança do Brasil.

Ainda no que diz respeito ao golpe de Estado de 2004, Hallward (2006) mostra como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e os Estados Unidos (a famosa "Internacional Comunitária") pressionaram o governo *Lavalas* com ataques financeiros e restrições para desestabilizá-lo e assegurar os interesses das potências e classes capitalistas. Segundo ele, foi menos "uma crise dos direitos humanos" e mais uma "guerra de baixa intensidade entre elementos das antigas forças armadas e o governo eleito que os desmobilizará" (HALLWARD, 2006, p. 237), que começou em 2001. A partir deste

momento, muitos membros da *Fanmi Lavalas* morreram, para se proteger, esses membros se armaram.

Louis Jodel Chamblain e Guy Philippe, dois líderes guerrilheiros com seus homens sediados na fronteira, ajudados por um uma revolta dentro do país liderada por Jean Tatoune, enfraqueceram Aristide. Tatoune conseguiu o apoio de um grupo sediado em Gonaïves, chamado “Exército Canibal”. Esses eventos, que ocorreram no outono de 2003, aparecem como o ataque final contra o governo *Lavalas*. A *Exigência de Reembolso*, em seu nono item do artigo, que trata da demanda do Aristide à França para que devolvesse os 90 milhões que o Haiti pagou como indenização entre 1825 e 1947, foi uma das razões pelas quais a França apoiou o golpe de Estado contra Aristide. Jean-Bertrand Aristide lançou em abril de 2003 uma campanha a favor da indenização do Haiti pelos danos causados pela colonização francesa. Uma data simbólica porque marca o aniversário dos 200 anos da morte do general Toussaint Louverture.

Para Jean-Bertrand Aristide, a França que tomou conta de uma grande parte dos recursos haitianos por muitos anos impondo esta "realeza à independência", teria uma grande responsabilidade pelas dificuldades que o país enfrentou historicamente, originando a terrível situação econômica em que o país se encontra hoje. Isso, portanto, justificaria o pedido do presidente haitiano de reparações no valor de 21,7 bilhões de dólares (GAS, 2003). Este valor corresponderia ao valor atualizado da quantia paga pelo Haiti no século XIX.

Segundo Hallward,

Os reais objetivos da ocupação que começou em 29 de fevereiro de 2004 são perfeitamente visíveis: silenciar ou obliterar todos os vestígios [do apoio a Aristide]. Durante a primeira semana de sua mobilização, a invasão franco-americana agiu quase exclusivamente em bairros pró-Aristide e só matou partidários da FL. Seu novo primeiro-ministro fantoche, Gérard Latortue (um ex-representante da ONU de 69 anos e apresentador de um programa de entrevistas em Miami), abraçou publicamente Tatoune, genocida condenado, e seus ex-soldados rebeldes de Gonaïves como “combatentes da liberdade” – ação interpretada pelo *New York Times* como “uma mensagem clara de estabilidade” ( HALLWARD, 2006, p. 239).

Por fim, o autor conclui mostrando que o golpe de 2004 fazia parte de uma estratégia dos Estados Unidos para eliminar a *Lavalas* como movimento popular significativo que questionava as desigualdades maciças de poder, influência e riqueza na sociedade haitiana. Para Hallward, o movimento que colocou Aristide no poder tinha e ainda tem uma grande importância,

[...] a *Lavalas* foi a única organização do último meio século a mobilizar com sucesso as massas haitianas num questionamento social e político de sua situação

intolerável, e foi removida do poder mediante os esforços conjuntos daqueles que, por razões óbvias, temiam esse questionamento e a ele se opunham (HALLWARD, 2006, p. 242).

Um questionamento que ameaçava também os interesses do capital estrangeiro e outros interesses difusos no país. A França se posicionou contra o governo do Aristide para proteger seus interesses, as autoridades francesas, o assunto da indenização levantado por Aristide criou um litígio entre os dois países. Os Estados Unidos levantaram a bandeira da democracia para justificar seu posicionamento no conflito, mas considerava Aristide como uma ameaça aos interesses estadunidenses no país. O Canadá procurou promover a “reconciliação nacional”. No que diz respeito aos países da América Latina, o apoio a Aristide não foi unânime, como poderemos observar a seguir. Vale ressaltar que estudando a cronologia do golpe de Estado de 2004 que a Internacional Comunitária fez parte do processo desde o começo.

## 2.1 A FRANÇA ENTRE INTERESSES DIFUSOS E DISCURSO SOBRE A PAZ

Em 7 de março de 2003, a presidência da França em nome da União Europeia, declarou que a democracia não foi restabelecida no Haiti por causa da fraude que ocorreu nas eleições parlamentares de maio de 2000, favorecendo os candidatos do partido no poder *Fanmi Lavalas*. Por isso, se posicionou contra o governo Jean-Bertrand Aristide, presidente da época, que era responsável pela organização de tais eleições, cortando as ajudas financeiras que vinha oferecendo ao Haiti. De acordo com a Presidência da França

A União Europeia está apegada ao respeito pelos valores democráticos e pelo Estado de direito que rege as suas relações com países terceiros. Estes valores estão no cerne da parceria entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Considerando que a democracia não havia sido restaurada no Haiti, desde a fraude nas eleições senatoriais de maio de 2000 a favor dos eleitos do partido “Fanmi Lavalas”, em 10 de janeiro de 2003, a Comunidade Europeia renovou as medidas de suspensão parcial de sua ajuda ao Haiti. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FRANCESA, 2003).

Em 7 de outubro de 2003, em Paris, cerca de sete meses depois da declaração da presidência francesa em nome da União Europeia, o Ministro das Relações Exteriores da França da época, Sr. Dominique de Villepin, realizou uma audiência num comitê de reflexão e de proposta sobre o Haiti. O ministro Dominique de Villepin, durante essa audiência, apresentou a situação do Haiti declarando que era dramática. Ele fez uma contextualização da crise que chamou de constitucional e que começou depois das eleições parlamentares de 2000. Segundo o ministro, a crise apresenta-se da seguinte forma,

A crise é multifacetada. É política, claro. Ao somarmos as dificuldades que vão surgindo, percebemos que o registro está cheio de tristeza: as eleições parlamentares contestadas; a dissolução da Câmara dos Deputados em condições controversas; a não imputação de assassinatos políticos e a impunidade permanente que reina neste país; fraude eleitoral que levou à não participação da oposição nas eleições presidenciais; os esforços da Organização dos Estados Americanos (OEA) que tenta, sem sucesso, deve-se admitir, levar os partidos políticos haitianos a entrar no caminho do diálogo e restaurar a segurança e a confiança com a Constituição de um Conselho Eleitoral Provisório. Nesse contexto, não é a segurança que predomina: a impunidade das organizações populares não para de crescer. Para a comunidade internacional, a organização de eleições creíveis continua a ser a única saída desta crise. É nesse sentido que a comunidade tem trabalhado. No entanto, vejo que o tempo está se esgotando, pois a atual legislatura terminará em janeiro de 2004. Além dessa crise política, há uma crise social e econômica, com má governança econômica que se soma a má governança política. A ajuda e os empréstimos internacionais estão bloqueados. A França, terceiro doador bilateral depois dos Estados Unidos e do Canadá, redirecionou sua ajuda à sociedade civil em benefício das populações (VILLEPIN, 2003).

Naquela audiência, o governo da França através do seu ministro das Relações Exteriores se posicionou como aliado da sociedade civil haitiana, declarando que sua ajuda internacional foi redirecionada para beneficiar esta última e a população haitiana. O posicionamento da França perante a crise política que o Haiti atravessava na época começou a ficar mais claro durante uma entrevista que o ministro Dominique de Villepin concedeu a um canal de televisão francesa chamado “France 3”, em 17 de fevereiro de 2004.

À pergunta “Em que consistirá a ajuda que a Internacional Comunitária pretendia oferecer ao Haiti para resolver a crise?”, ele respondeu que o país saiu da legalidade constitucional e os países vizinhos têm que agir para responder às suas necessidades. A ação a ser realizada deve ter como base a força, uma força de interposição para pôr um fim no conflito:

Em primeiro lugar, estamos mobilizados porque, como todos podem ver, a situação é trágica hoje. Aqui é um país em crise, um país à beira do caos, com essa espiral de violência, milícias de um lado, gangues armadas do outro, um presidente eleito democraticamente, mas um país fora da legalidade constitucional. Devemos, portanto, agir para atender às suas necessidades. Este é um país que vive hoje uma terrível tragédia. É o drama da miséria. 80% da população vive com menos de 1 dólar por dia. A expectativa de vida é de 52 anos. A comunidade internacional deve, portanto, agir, mas, para agir, devemos contar com as forças. Primeiro nas forças morais, as das Igrejas, Católicas e Protestantes. Eles precisam se unir para constituir uma verdadeira força de proposta; também forças regionais, CARICOM, Comunidade de Estados do Caribe, Organização dos Estados Americanos, Organização da Francofonia. Vou me encontrar com o presidente Diouf esta noite para discutir a situação neste país. Mas também, é claro, toda a comunidade internacional e, em particular, os países amigos mais envolvidos. Estou pensando no Brasil, México, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, África do Sul. Estamos trabalhando com todos esses países para estudar a viabilidade de uma força de interposição que poderia ser desdobrada se as condições permitirem, pois para isso deve haver o fim dos combates (VILLEPIN, 2003).

A França planejava, junto com países como os Estados Unidos, o Brasil, o México, a Alemanha, o Canadá e a África do Sul, mandar uma força militar no Haiti alguns dias antes da efetivação do golpe.

Em 20 de fevereiro de 2004, o representante permanente da França na Organização das Nações Unidas, Jean-Marc Rochereau de La Sablière, durante uma reunião de informação organizada pelo então presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas Kofi Annan, declarou que a saída da crise deve ser constitucional com a organização de novas eleições:

A solução política para a crise proposta pela OEA e pela CARICOM oferece uma dinâmica política essencial para tirar o Haiti do impasse atual. A França apoia totalmente as propostas do plano, que visam restaurar as liberdades públicas, permitir a formação de um governo e reformar a polícia, se necessário com o apoio de uma força de paz civil composta por policiais internacionais. Tudo isso é essencial para restabelecer as condições para eleições regulares e o retorno à vida normal no Haiti, respeitando a legalidade constitucional. Tudo isso requer o esforço de todos. O presidente Aristide assumiu compromissos com a CARICOM, deve cumpri-los. Os setores da oposição também devem contribuir para apaziguar e renovar o diálogo e buscar uma solução democrática e constitucional para a crise (LA SABLIERE, 2004).

E no dia em que o golpe se efetivou, em 29 de fevereiro de 2004, o ministro Dominique de Villepin fez a seguinte declaração:

O presidente Aristide se foi: ao renunciar, o presidente Aristide tirou as consequências da situação. Após as trágicas provações sofridas pelo povo haitiano, está aberto o caminho para o retorno à ordem constitucional e o estabelecimento de uma união nacional. Agora a luta deve parar. A França apela a todas as forças políticas no Haiti que desejam um retorno à paz e que se recusem a violência a se unirem e participarem da reconciliação nacional. Só hoje deve contar o interesse do povo haitiano. A França está pronta para desempenhar plenamente seu papel na mobilização da comunidade regional e internacional que agora deve apoiar o Haiti. A ajuda humanitária de emergência deve ser implementada sem demora para ajudar a população haitiana (VILLEPIN, 2004).

Vimos que o golpe de Estado de 2004 no Haiti, na sua dimensão diplomática do lado da França, coaduna-se sobre o mundo midiático. Podemos resumir o posicionamento da França na crise política haitiana que resultou no golpe de Estado de 2004 em três pontos.

O primeiro ponto tem a ver com os motivos que levaram a França a apoiar a intervenção. Com base nas declarações das autoridades francesas, a França interveio na crise para ajudar o Haiti a encontrar de novo o caminho da democracia e da paz. Assim, se justifica a intervenção de uma força da “Internacional Comunitária”. Para a França, o respeito ao direito parecia fundamental e para cumprir esse preceito, o presidente Aristide não podia continuar governando o país.

O segundo ponto diz respeito à forma pela qual o Haiti poderia voltar a uma situação política normal. Ou seja, a saída de crise deve ser constitucional, o que implica a organização de novas eleições sem a presença do presidente Aristide. Na busca de uma solução democrática e constitucional para a crise, os setores da oposição e a sociedade civil deveriam desempenhar um papel muito importante.

O terceiro ponto define as medidas a serem tomadas pela França em relação à ajuda humanitária e à assistência técnica no período pós-Aristide. Para que a França possa mobilizar essas medidas, as forças políticas do Haiti deveriam recusar a violência e se unir em uma reconciliação nacional. Mas todo este aparato serviu para ocultar um aspecto muito importante: a recusa das autoridades francesas de pagar a indenização que o governo Aristide havia reivindicado.

## 2.2 OS EUA COMO GUARDIÕES DA DEMOCRACIA

Há formas de conquista do poder, como a revolução, o pronunciamento ou mesmo a guerra civil, mas o golpe de Estado difere delas por não envolver o primeiro grau de intervenção popular ou militar. O golpe de Estado é um processo de ruptura gerado por dentro do aparelho de Estado. Não deve depender substancialmente da intervenção de forças estrangeiras. Faz uso da dinâmica do Estado, de sua burocracia, trata-se menos de legitimar um golpe do que de proclamar sua realidade, irreversibilidade e eficácia, de apresentar uma oposição possível como fato de indivíduos isolados, de proclamar a necessidade do restabelecimento da ordem e da segurança pública (LEHMANN, 2007, p. 74). E se surge a questão da ilegalidade, a resposta está na natureza necessária e temporária do golpe de Estado. O sigilo, o anonimato e a discrição são essenciais em todas as fases de preparação, execução e seguimento do golpe. No caso do golpe de 2004, os Estados Unidos usaram essas técnicas para não aparecer como um dos protagonistas principais. O discurso das autoridades estadunidenses começou numa dinâmica de prudência com apelo para proteger a população haitiana e restaurar a ordem, para depois mostrar que o problema era o presidente Aristide e que ele deveria renunciar.

A dinâmica comunicacional dos órgãos diplomáticos e outros órgãos públicos dos Estados Unidos desde o começo da crise que resultou no golpe de 2004, baseava-se no fato de pedir o diálogo entre os diversos protagonistas, com o objetivo de resolver o problema para restabelecer a democracia no país.

Cabe ressaltar que o Secretário de Estado dos Estados Unidos da época foi o controverso político Colin Powell. Em 5 de agosto de 2002, fazendo uma intervenção sobre uma situação de violência numa cidade do Haiti chamada Gonaïves - cidade que desempenhou um papel fundamental na rebelião que conduziu ao golpe - o porta-voz adjunto do Bureau of Public Affairs (Departamento das Relações Públicas), Philip T. Reeker, do *U.S. Department of State* declarou num comunicado de imprensa que:

Os Estados Unidos estão profundamente preocupados com a violência na cidade haitiana de Gonaïves. Nos últimos dias, gangues de rua armadas e membros de grupos políticos locais conhecidos como "organizações populares" bloquearam estradas e atacaram instalações e veículos do governo. Em 2 de agosto, uma multidão armada atacou um centro de detenção da Polícia Nacional do Haiti e ajudou na fuga de Amiot "Cubain" Metayer, um famoso criminoso e líder de gangue. A fuga da prisão também resultou na fuga de dezenas de outros criminosos, incluindo ex-soldados condenados pelo massacre de civis em 1994 nas proximidades de Raboteau. As ações violentas de "organizações populares" e gangues de rua são deploráveis. Instamos o Governo do Haiti a tomar todas as medidas necessárias para restaurar a ordem e o Estado de Direito na cidade de Gonaïves. A fim de proteger o povo do Haiti e prevenir novas ilegalidades, as autoridades haitianas devem perseguir e prender novamente todos os fugitivos da prisão, incluindo "Cubain" Metayer, que é acusado de perpetrar graves atos de violência em Gonaïves. Um relatório recente da Organização dos Estados Americanos também citou Metayer como responsável por liderar um ataque mortal em 2001 contra membros da oposição política (REEKER, 2002).

Os EUA continuarão com o mesmo discurso em 2003 quando a mobilização dos estudantes universitários, da sociedade civil e da oposição política ganhou peso significativo e levou as forças armadas do país a fazerem uso da força para conter as massas. O porta-voz do U.S. Department of State da época, Richard Boucher, num comunicado de imprensa do dia 15 de dezembro de 2003 referiu-se a atos de violência ocorridos no Haiti e encorajou o governo deste país a privilegiar o diálogo:

Os Estados Unidos lamentam a repressão violenta das manifestações políticas que ocorreram recentemente no Haiti. Essas manifestações, lideradas principalmente por estudantes, foram expressões legítimas e pacíficas de opiniões políticas. O Governo do Haiti agiu em cumplicidade com suas gangues armadas contratadas para reprimir essas manifestações com violência, resultando em alguns feridos e mortes. Instamos o Governo do Haiti a encerrar imediatamente seus esforços para reprimir a dissidência legítima e a trabalhar com a Organização dos Estados Americanos, os Estados Unidos e outros membros da comunidade internacional para uma solução pacífica e democrática de seus problemas políticos (BOUCHER, 2003).

Ainda na mesma linha discursiva, em 9 de janeiro de 2004, o porta-voz Richard Boucher condena o que ele chama de "Ataque durante uma demonstração política" que aconteceu em 7 de janeiro de 2004. Ele afirma que elementos da *Police Nationale d'Haïti*

(Polícia Nacional do Haiti) e membros de grupos armados que trabalham para o governo, atacaram os manifestantes:

Os Estados Unidos condenam as ações do governo haitiano em resposta à manifestação política ocorrida em 7 de janeiro em Porto Príncipe. Embora seja claro que alguns elementos da polícia trabalharam diligentemente para proteger os manifestantes, também está claro que outros policiais colaboraram com gangues contratadas fortemente armadas para atacar os manifestantes. Ao longo do dia, essas mesmas gangues patrocinadas pelo governo invadiram as ruas da capital, roubando carros, atacando estações de rádio, vandalizando empresas e assediando pessoas. Essas ações contradizem as próprias declarações do governo que busca um compromisso e uma solução pacífica para a crise política do Haiti. Um governo que deseja ser considerado democrático não pode continuar usando as gangues de rua como instrumento de terror e intimidação. O Governo do Haiti deve encerrar imediatamente seus esforços para reprimir a dissidência pacífica, deve punir aqueles que cometem atos violentos de repressão e deve empreender as reformas fundamentais necessárias para restaurar o Estado de Direito no Haiti, de acordo com a Resolução 822 da OEA. Os Estados Unidos O governo acredita que a crise no Haiti deve ser resolvida por meios pacíficos e de diálogo (BOUCHER, 2004).

Com a crise chegando no seu auge, o governo estadunidense se posicionou claramente em relação ao governo do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide numa declaração conjunta com a *Caribbean Community (CARICOM)*, a *Organization of American States (OAS)* e o Canadá, em 13 de fevereiro de 2004, como observamos a seguir:

Reunimo-nos hoje para coordenar esforços para apoiar uma resolução pacífica, negociada, democrática e constitucional para a crise política no Haiti. Compartilhamos profunda preocupação com o sofrimento do povo do Haiti e deploramos a perda de vidas que ocorreu na última onda de violência e ilegalidade. Condenamos essa violência e conclamamos o Governo do Haiti a respeitar os direitos, especialmente os direitos humanos, de todos os cidadãos e residentes do Haiti, e conclamamos todos os haitianos a respeitar o Estado de Direito. Apelamos também ao Governo do Haiti e a todos os outros para garantir que os suprimentos de combustível, alimentos e medicamentos possam chegar às pessoas que deles necessitam em todo o país. Instamos o Governo do Haiti a implementar as ações com as quais se comprometeu de acordo com as Resoluções 806, 822 e 1959 da OEA, e como reiterado por sua adesão à atual iniciativa iniciada pela Comunidade do Caribe. Somente por meio da implementação urgente das medidas de fortalecimento da confiança delineadas nestes documentos é que se pode construir um consenso para permitir uma resolução da crise política do Haiti, de acordo com a Carta Democrática Interamericana. Apelamos especificamente à oposição política e à sociedade civil para que atuem com responsabilidade, evitem a violência e cumpram suas responsabilidades e se engajem no processo democrático de acordo com a proposta da CARICOM. À medida que o Governo do Haiti avança nessas medidas, a comunidade internacional empreenderá esforços renovados para restaurar o Estado de Direito, incluindo a profissionalização da Polícia Nacional do Haiti. Por meio dessas etapas, esperamos que todos os haitianos possam desfrutar novamente de suas liberdades constitucionalmente estabelecidas e participar de forma significativa no processo democrático (BOUCHER, 2004).

A declaração conjunta diz que a Internacional Comunitária tomará as medidas que se impõem para restaurar a lei e a democracia no Haiti. Parece que anunciava os acontecimentos

que estavam por vir, ou seja, o golpe de Estado e suas consequências. E, em 28 de fevereiro, o embaixador dos Estados Unidos no Haiti, James Brendan Foley, ligou para o presidente da época Jean-Bertrand Aristide para pedir para acabar com a violência no país, mostrando claramente que segundo sua visão da situação, o presidente Aristide era o elemento que havia proporcionado esse clima de caos.

Por fim, num comunicado de imprensa apresentado pelo porta-voz adjunto Richard Boucher, o U.S. Department of State anuncia a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide com essas palavras: “Jean-Bertrand Aristide renunciou ao cargo de presidente da República do Haiti, apresentando uma carta de renúncia antes de partir para a segurança de Porto Príncipe no início da manhã. A pedido do presidente Aristide, os Estados Unidos facilitam sua partida segura do Haiti (BOUCHER, 2003)”. O posicionamento das autoridades estadunidenses ficou mais claro a partir daquele momento. O projeto era claro, obter a renúncia do Jean-Bertrand Aristide pela força, se necessário. Em seguida, forçar uma transição que iria beneficiar aos interesses estadunidenses, franceses e canadenses com um governo alinhado às vontades desses países. Por fim, enviar uma força militar no Haiti, por intermédio do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de estabilizar o país.

### 2.3 O CANADÁ PELA RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Não identificamos muitas declarações oficiais dos governantes canadenses sobre o golpe de Estado de 2004 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, mas as que existem são de suma importância. Por exemplo, a declaração do primeiro ministro canadense da época, Paul Martin, depois da renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide, sob forma de comunicado de imprensa. O comunicado de imprensa aparece no site oficial do *Ministère des Affaires Étrangères du Canada* (Ministério das Relações Exteriores do Canadá) da seguinte forma:

Em 29 de fevereiro de 2004, o Primeiro Ministro Paul Martin fez a seguinte declaração após a renúncia e saída do Presidente do Haiti, o Sr. Jean-Bertrand Aristide, e do juramento como líder interino do Sr. Boniface Alexandre, Juiz da Suprema Corte do Haiti. "O Canadá espera que esta medida ajude a pôr fim a qualquer escalada de violência e estabilize a situação para o povo do Haiti." O Canadá apela a todas as partes para que respeitem a ordem constitucional e o Estado de Direito e continuará a trabalhar com seus parceiros para implementar o plano da Comunidade Caribenha e do Mercado Comum (CARICOM) para restaurar a segurança, a democracia e a calma para todo o povo haitiano. O Canadá contribuirá para uma força multinacional autorizada das Nações Unidas para o Haiti. A natureza exata desta contribuição será estabelecida nos próximos dias após consulta com nossos parceiros. Os canadenses que desejam deixar o país podem fazê-lo em total segurança a bordo de aeronaves Hércules das Forças Canadenses. O Primeiro

Ministro, junto com os Ministros das Relações Exteriores Bill Graham e o Ministro da Defesa David Pratt, continuarão monitorando a situação de muito perto (MARTIN, 2004).

O Canadá sempre foi muito discreto em seu posicionamento na crise haitiana entre 2000 e 2004 e sua participação no golpe de Estado, assim como em sua responsabilidade no que resultou dessa situação. A questão da legalidade ou ilegalidade do evento é vista como irrelevante pelas autoridades canadenses, porque segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, não foi uma mudança de regime. Admitir a mudança de regime seria admitir a violação do direito internacional. Nessa perspectiva, a crise política no Haiti seria consequência das duvidosas eleições legislativas de 2000, da polarização política que se seguiu (entre governo e oposição) combinada com a fragilidade das instituições e um contexto econômico desastroso que resulta no caos experimentado pelos haitianos durante o período em questão.

Mas esse argumento apresenta algumas fraquezas evidentes. A questão das eleições foi resolvida desde 2002 pelo governo Aristide. Para o jornalista Fenton (2004 *apud* Lehmann 2007, p. 87), em um artigo publicado na internet intitulado *The Canadian Connection*, Scott Brison (deputado federal de Kings-Hants e presidente do Conselho do Tesouro no Canadá (2015-2019) que usa o argumento das eleições para justificar a intervenção do Canadá na crise, esquece que a questão eleitoral foi resolvida desde 2002 e que a CARICOM fez a seguinte declaração em 15 de fevereiro de 2002 num encontro com Colin Powell: “As ações do presidente Aristide estão indo na direção certa, e a liberação de ajuda será preciosa, caso contrário a situação vai deteriorar-se.”

E o jornalista acrescentou que a normalização da situação política esbarra na recusa obstinada da oposição: “Canadá, Estados Unidos e União Europeia tiveram várias oportunidades de persuadir a oposição a colaborar, mas optaram por apoiar o congelamento da ajuda econômica e instar Aristide a ‘negociar’ com a oposição quando, segundo a CARICOM, já havia feito várias tentativas nesse sentido.”

A CARICOM também fez a seguinte declaração: “As circunstâncias da renúncia do presidente abriram um precedente perigoso para governos eleitos democraticamente, na medida em que resultaram na derrubada inconstitucional de pessoas regularmente eleitas.” Portanto, o objetivo das autoridades canadenses não era diferente dos objetivos da França e dos Estados Unidos. Isto é, enfraquecer o governo haitiano internamente (apoio

unilateral à oposição em sua intransigência), militarmente (rebelião armada), econômica e socialmente (congelamento da ajuda) e, finalmente, diplomaticamente (isolamento do presidente na Comunidade Internacional, na verdade reduzido a alguns grandes poderes) (LEHMANN, 2007, p. 88)”.

#### 2.4 O BRASIL E O GOLPE DE 2004 NO HAITI

O caso do posicionamento do Brasil durante a crise de 2004 apresenta algumas particularidades. O Brasil como país emergente demonstrava há muito tempo sua disposição de ingressar no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Portanto, para alcançar esse objetivo, o Brasil vinha participando de várias operações de paz da ONU. Primeiro, desempenhou um valioso papel de mediador na guerra não declarada que viu o Equador e o Peru entrarem em conflito em 1995. Mas, por falta de circunstâncias favoráveis, vontade política de autoridades governamentais e estratégia de longo prazo, o projeto de ingressar no Conselho de Segurança da ONU não avançou. Desde janeiro de 2003, o Brasil passou a tomar iniciativas que ampliaram sua capacidade de influência internacional. Mais diretamente, após confirmar a perpetuação de sua cooperação policial com a ONU em Timor-Leste e se recusar a participar de qualquer força de ocupação no Iraque, o Estado brasileiro sinalizou aos Estados Unidos e à França sua disponibilidade em contribuir para a MINUSTAH com os recursos militares necessários. A contribuição brasileira foi tamanha que recebeu o comando da MINUSTAH (KOURLIANDSKY, 2004).

Convergia com tal situação o fato de que o governo Lula queria aumentar a capacidade de influência internacional do Brasil, apresentando-se, assim, o caso da crise do Haiti como a circunstância favorável para concretizar este projeto. Isso aparece no posicionamento das autoridades brasileiras.

Uma viagem ao Haiti, meses depois da misteriosa queda do ex-presidente e ex-padre de esquerda Jean-Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004, riscou o nome do haitiano do cenário democrático para o Brasil. O emissário do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu do Haiti com a impressão de que Aristide era um "gângster", cuja sombra deveria ser "exorcizada" do país, relatam telegramas da diplomacia americana divulgados ao GLOBO pelo grupo WikiLeaks. O emissário, o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, viajou ao Haiti em novembro de 2004. Segundo relato do diplomata americano Phillip Chicola em telegrama confidencial a Washington em 21 de novembro daquele ano, o assessor de Marco Aurélio, o diplomata Marcel Biato, conta que Garcia viajou com a ideia de que Aristide deveria ser considerado um dos atores no diálogo político. Mas, depois de 27 encontros com lideranças locais e internacionais no Haiti, Marco Aurélio mudou de ideia. Nas palavras de

Biato, Aristide seria um "gângster", envolvido em ilegalidades e que "encomendaria assassinatos pelo celular" (FARAH, 2011, p. 26).

O Brasil conseguiu a liderança da MINUSTAH, o que possibilitou sua afirmação como possível membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pela primeira vez, uma força da ONU foi colocada sob o comando da América Latina, neste caso brasileira. O capital diplomático acumulado em relação aos países do Mercosul permitiu de forma inédita ao Brasil reunir ao lado de seus militares várias centenas de militares da região sul-americana. Por ocasião do sucesso da partida de futebol Brasil/Haiti organizada em Porto Príncipe em 18 de agosto de 2004 na presença de "Lula", que sempre soube combinar *soft* e *hard power*, o presidente Gérard Latortue desenhou uma conclusão aguardada: o Brasil está em processo de conquistar seu lugar no Conselho de Segurança (KOURLIANDSKY, 2004, p. 34).

O Brasil tinha outros interesses que não se resumiam à estabilização no Haiti, seu principal objetivo era ganhar um lugar no Conselho de Segurança da ONU, ganhar seu lugar entre os países que têm um grande poder decisório a nível internacional.

## 2.5 A ARGENTINA E A COMUNICAÇÃO PRUDENTE

No começo do século 20, a Argentina entrou num processo de ruptura na sua política por intermédio do presidente Nestor Kirchner. Após passar por uma forte crise política em 2001 que resultou na queda de cinco presidentes. Quando assume por meio de eleições, o governo em 2003, Néstor Kirchner apresenta-se como oposição à herança menemista<sup>16</sup> e aos ditadura militar argentina. Kirchner lidera, portanto, uma luta contra a "velha política", que é uma forma de se apropriar da rejeição dos partidos expressa pelas classes médias (DONOT, 2010, p. 71). Além disso, teve que enfrentar outros problemas econômicos pelos quais o país passava naquele momento e isso limitou significativamente suas possibilidades de ação nas relações internacionais.

Portanto, o país não reunia condições para se manifestar ativamente no plano das relações internacionais. E o caso do Haiti é um exemplo disso. Durante a crise política no Haiti no começo dos anos 2000, a posição da Argentina foi muito discreta e as autoridades políticas do país foram muito prudentes em seus pronunciamentos.

---

<sup>16</sup> Do nome do presidente argentino Carlos Menem (1989-1999), o período de seu governo foi denominado *menemismo*.

O Estado argentino, por intermédio de Néstor Kirchner e outras autoridades governamentais mostraram preocupação com o processo político do país. Isso se manifestou num comunicado de imprensa publicado em 13 de fevereiro de 2004, que tem como principal protagonista o vice-chanceler da Argentina da época Jorge Taiana, que dizia o seguinte:

Informações para a Imprensa N °:

42/2004

O Secretário de Política Externa, Jorge Taiana, reuniu-se hoje com o Embaixador do Haiti, Jean Victor Geneus, para transmitir-lhe a preocupação do governo argentino com a situação naquele país, especialmente sobre as mortes e o clima de insegurança que existe no de um estado de violência quase permanente. A Vice-Ministra das Relações Exteriores Taiana, que estava acompanhada do Diretor da América Central e do Caribe, Ministro Marcos Bretón, e do Chefe de Gabinete da Secretaria de Política Externa, Dr. Agustín Colombo Sierra, destacou a preocupação com a segurança de todos os argentinos residentes no Haiti. Afirmou também que a Argentina apóia plenamente os esforços que vêm realizando a Comunidade do Caribe (CARICOM) e participa ativamente do grupo de amigos da OEA, a fim de apoiar todas as iniciativas que se apresentam para uma solução rápida desta crise. Destacando que este interesse tem sido constante nos últimos anos com a ativa participação da Argentina nos difíceis processos políticos daquele país. O Embaixador Geneus agradeceu a nosso país por esta preocupação e continuou apoiando a democracia haitiana nos últimos anos e afirmou que transmitirá a seu governo tudo o que foi expresso pelo Embaixador Taiana. Também informou sobre os últimos acontecimentos em seu país e o apoio absoluto de seu governo às propostas de mediação da CARICOM.

Buenos Aires, 13 de fevereiro de 2004

O governo argentino mostrou seu apoio absoluto às propostas de mediação da CARICOM para resolver a crise. Não se posicionou firmemente nem a favor, nem contra o governo de Jean-Bertrand Aristide, mas afirmou sua preocupação com a situação no Haiti.

## 2.6 A REPÚBLICA BOLIVARIANA PERANTE O GOLPE

Estando o site do Ministério das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela fora do ar, a intervenção oficial do país sobre o golpe foi encontrada num artigo do jornal Estadão na página política. No artigo intitulado “Chávez ataca posição brasileira em relação ao Haiti” publicado em 4 de novembro de 2004, consta a seguinte declaração do presidente venezuelano numa reunião do Grupo do Rio:

[...] que as medidas das Nações Unidas no pequeno país caribenho "repetem esquemas fracassados anteriormente" e disse que o atual governo local "carece de legitimidade". Segundo nota distribuída pelo governo venezuelano, Chávez "pediu aos assistentes da cúpula (os demais presidentes) que revisem os diagnósticos sobre os quais foram tomadas as decisões de intervir no Haiti do modo como isso tem sido feito." "(A intervenção) É um engodo em que podemos cair sem chegar a resolver o problema", atacou. O presidente venezuelano pediu ainda que seja convocada e eleita uma Assembléia Nacional Constituinte "para refundar a República do Haiti

como caminho fundamental para superar a grave crise que atinge o povo haitiano". O presidente Chávez considerou que o governo que hoje está no Haiti carece de legitimidade por haver sido imposto pelos Estados Unidos: derrubaram o presidente legítimo, Jean Bertrand Aristide, e o levaram para a África, onde o deixaram como se fosse uma carga (ESTADÃO, 2004).

Podemos afirmar que o único governo que se posicionou de maneira clara e aberta contra o golpe de Estado que o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide sofreu foi o da Venezuela, por intermédio do presidente Hugo Chávez. Os outros governos da América Latina e da Europa propuseram um discurso diplomático aparentemente neutro, enquanto os EUA se posicionaram abertamente contra o governo haitiano da época, encorajando uma intervenção militar para resolver a crise.

O governo Aristide dos anos 2000 apresentou-se como uma ameaça aos interesses da França, porque reivindicou uma indenização pelos danos causados pela colonização francesa que tiveram consequências desastrosas para o Haiti. Foi uma das razões da intervenção da França no golpe de Estado para tirar o Aristide do poder. O Canadá seguiu os Estados Unidos e a França. O Brasil queria ganhar um lugar no Conselho de Segurança da ONU e a crise haitiana deu a oportunidade às autoridades brasileiras de se projetarem como liderança da MINUSTAH, se afirmando como um potencial membro deste conselho. A Argentina foi muito prudente na crise, a sua intervenção afirmou-se somente com palavras apoiando as posições da CARICOM e mostrando seu apoio aos processos democráticos. O quadro abaixo resume o que acabamos de expor.

**Quadro 2** - Posicionamento das autoridades norte-americanas e latino-americanas perante a crise política no Haiti entre 2000 e 2004

<b>Países</b>	<b>Autoridades</b>	<b>Posicionamento</b>
Estados Unidos	Phillip T. Reeker: Porta-voz adjunto do Bureau of Public Affairs (Departamento das Relações Públicas) (2000-2003) / Richard Boucher: Porta-voz adjunto do U.S. Department of State (2000-2005)	Abertamente contra o governo Aristide, encorajando uma intervenção militar para resolver a crise
França	Dominique de Villepin:	Abertamente contra o

	Ministro das Relações Exteriores (2002-2004)	governo Aristide, reivindicou a renúncia do presidente, sobretudo porque ameaçava os interesses da França
Canada	Paul Martin: Primeiro Ministro (2003-2006)	Alinhamento com os Estados Unidos e a França
Brasil	Lula Inácio da Silva: Presidente da República (2003-2011)	Alinhamento com Estados Unidos com o objetivo de ganhar uma posição no Conselho de Segurança da ONU
Argentina	Jorge Taiana: Secretário de Política Externa ([2004]2005-2010)	Apoiou as posições da CARICOM e os processos democráticos
Venezuela	Hugo Chávez: Presidente da República (1999-2013)	Abertamente a favor do governo Aristide

Elaboração própria

## CAPÍTULO 3

### AS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE ESTADO

Depois do golpe de Estado de 29 de fevereiro de 2004 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, uma força militar chamada *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti* (MINUSTAH), liderada pelo Brasil, foi estabelecida no Haiti para manter a paz no país. A MINUSTAH foi estabelecida em 1º de junho de 2004 pela resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa nova força veio para substituir uma outra força multinacional que foi autorizada depois do golpe em fevereiro de 2004 para pacificar algumas cidades do país nas quais prevaleciam diversos conflitos armados.

Assim sendo, em 30 de abril do mesmo ano, o CSNU aprovaria nova resolução sobre o Haiti, no 1542, desta vez criando a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), por um “período inicial de seis meses”. A nova força seria composta por 6.700 soldados e 1.622 policiais, além de pessoal civil, local e estrangeiro. Segundo o comunicado de imprensa da ONU, a reunião do CSNU que aprovou a criação da MINUSTAH durou apenas três minutos, das 12:34 às 12:37, ilustrativa da unanimidade em sua aprovação. O texto remete à resolução anterior e informa como razões da continuidade e aprofundamento da intervenção a “existência de desafios à estabilidade política, social e econômica do Haiti”. E o faz invocando o Capítulo VII, uma vez que o Haiti segue tratado como “ameaça à paz e à segurança internacional na região” (BORBA DE SÁ, 2019, p. 149).

Em 15 de outubro de 2017, a MINUSTAH terminou sua missão no Haiti, como uma das consequências do golpe de Estado; essa intervenção impactou o país. A pretensão do presente capítulo não é a de realizar um panorama exaustivo do que foi a MINUSTAH, mas mostrar como representou uma mudança de paradigma nas relações internacionais na América Latina e mostrar quais foram suas consequências para o Haiti.

#### 3.1 MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Seitenfus (2016) mostra como a esperança trazida pela participação da América Latina na crise constitucional haitiana que surgiu em 2004, se transformará em desilusão a partir de 2010. De acordo com Seitenfus, o isolamento e a excepcionalidade do caso do Haiti são elementos parciais para explicar o nucleamento da América Latina e que os outros

decorrem de dois fatores: 1) a vontade latinoamericana de se inserir de maneira inovadora nas Relações Internacionais, e 2) a aversão que se verifica na região, em relação ao *Movimento Lavalas* de Jean-Bertrand Aristide.

Logo, Seitenfus argumenta que quando um Estado, entidade desprovida de sentimentos, ou seja, sem interesses materiais e/ou estratégicos, toma a decisão de intervir num outro país, isso se chama *diplomacia solidária*. E dois vetores devem aparecer para justificar tal intervenção: 1) uma suposta exigência de interesses nacionais; 2) quando ocorrem catástrofes naturais ou humanitárias e guerras civis ou internacionais.

No caso do Haiti, não foi nada disso, a legitimidade da política exterior lulista se baseou no fato de participar na alta política internacional para defender interesses difusos e princípios inovadores. Portanto, a crise no Haiti inspirou novos paradigmas na América Latina, tais como a *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*:

- a) é o maior contingente militar enviado fora das fronteiras nacionais desde o final da Segunda Guerra Mundial;
- b) pela primeira vez, a América do Sul tem a maioria das tropas numa missão da ONU;
- c) pela primeira vez, o Brasil tem o comando militar da Missão durante toda sua duração;
- d) a proposta brasileira pretende garantir a livre expressão do povo haitiano para eleger seus novos dirigentes.

Seitenfus (2016) argumenta que a esquerda latinoamericana de maneira unânime condenou Aristide, apoiou o golpe e o envio de uma força militar para o Haiti. Mas não foi o caso de todos, porque a Venezuela apoiou o governo Aristide e a Argentina não se posicionou contra ele. Com o apoio dos Estados Unidos, do Canadá e da França, outros países entraram no processo sob a bandeira da ONU para enviar forças para o Haiti. Esse processo se consolidou política e ideologicamente nos debates sobre o Haiti no Foro de São Paulo (organização sul-americana dos partidos políticos e organizações de esquerda) e também com o papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

### 3.2 O BRASIL NA LIDERANÇA DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI (MINUSTAH)

A participação brasileira na crise haitiana evidencia o contraste entre a prática e a retórica, segundo Seitenfus (2016). O discurso da política exterior brasileira é atravessado pelo princípio da *Não Indiferença*, portanto, marcado por uma forte perspectiva humanista. Mas, na prática, queria garantir outros interesses, sobretudo, dos grupos subordinados e aliados à política dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo que o Estado brasileiro e a América Latina se aproximavam do povo haitiano com o objetivo de ajudá-lo, a esquerda latinoamericana se distanciava do *Movimento Lavalas*, no discurso e na prática. Borba de Sá evidencia esse jogo no discurso da política exterior brasileira:

As narrativas brasileiras sobre o Haiti no âmbito da MINUSTAH partilham, em grande medida, da linguagem própria à paz liberal encontrável nos documentos das Nações Unidas (...) . Apresentam, contudo, fatores distintivos importantes na articulação de seus argumentos, invocando repetidas vezes aquilo que é descrito como laços de identidade entre Brasil e Haiti (ou brasileiros e haitianos), mesmo que afirmem, concomitantemente, a diferença entre os dois entes discursivos, deixando nítida a hierarquia entre ambos. Ambas, identidade e diferença, são mediadas por construtos raciais. Tornam-se compreensíveis, por isto, por meio de abordagens como a de Roxanne Doty (1993) que situa a “raça” nos debates teóricos de RI como um “lugar onde foram constituídas fronteiras” a partir de “entendimentos particulares de identidade e diferença” (BORBA DE SÁ, 2019, p. 151).

Ao longo do tempo, a MINUSTAH perdeu seu sentido, acabou se tornando cada vez mais um exercício militar do que uma Operação de Paz. Gerou crimes, drama e se tornou um castigo tanto para o povo haitiano, quanto para uma grande parte do contingente militar. E uma frase do Primeiro Comandante da MINUSTAH, Augusto Heleno Ribeiro Pereira em 2010, citada por Seitenfus (2016, p. 183) pode resumir isso: “Como exercício militar a MINUSTAH é excelente. Porém, como operação de paz, já não tem sentido .”

Aparece no discurso de Seitenfus que a esperança se transformou em desilusão para o Haiti depois do golpe de 2004. Uma situação que se relaciona com o que ele chama de tridente imperial, constituído pelos Estados Unidos, Canadá e França, que participaram desse golpe e fizeram de tudo para proteger seus interesses na região, sobretudo no Haiti, prejudicando o povo haitiano.

Desde a famosa operação *Uphold Democracy*,<sup>17</sup> visando restaurar a democracia no país, passando pela Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA) até chegar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a ideologia da promoção da democracia e a resposta securitária promovida pela ONU mostraram seus limites no caso haitiano.

A operação *Uphold Democracy* pode ter a aparência de intenções saudáveis, restaurar o governo de um presidente que sofreu um golpe. Mas se olharmos de modo mais detalhado, podemos ver que foi uma resposta militar a questões complexas como os conflitos políticos internos no país, os problemas sociais e econômicos, a desigualdade, que constituem algumas das bases do problema haitiano.

A MINUHA substituiu a *Uphold Democracy*. Sua missão: ajudar as autoridades haitianas legítimas a aplicar as disposições do Acordo da *Governors Island*<sup>18</sup>, permitir o retorno do Presidente Aristide, garantir a retirada do governo militar *de facto* e, em particular; ajudar o legítimo governo haitiano na modernização das forças armadas e na criação de uma nova força policial. Mais uma vez, a abordagem da crise haitiana como crise internacional pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, por razões que muitas vezes são mais dos interesses dos Estados membros permanentes do que uma análise da própria natureza da crise, condena o país a uma intervenção militar e a uma resposta securitária. Tudo se passa como se o problema fosse somente da ordem da segurança e da pacificação. A MINUHA foi um fracasso, não conseguiu atingir os objetivos fixados, ajudou a organizar as eleições de 1996 no país, mas deixou um vazio no quadro institucional do país, porque participou do enfraquecimento de um Estado que já estava enfrentando muitos problemas.

Por fim, a intervenção da MINUSTAH baseava-se na estabilização do Haiti, numa lógica de um esquema imposto ao país. A reciprocidade na relação Norte/Sul é ausente no projeto da MINUSTAH, os atores haitianos não participaram da sua construção. Com a MINUSTAH na sua lógica securitária, a ONU não considerou a anomia da cena sociopolítica haitiana.

---

<sup>17</sup> A operação *Uphold Democracy* (Restaurar a Democracia) é uma intervenção militar lançada em 19 de setembro de 1994 pelos Estados Unidos, com ajuda da Polônia e da Argentina, no Haiti; com a autorização da Organização das Nações Unidas. O objetivo da intervenção era possibilitar a volta do presidente Jean-Bertrand Aristide no país depois do golpe de Estado que sofreu em 1991. Cerca de 16.000 militares entraram no Haiti no dia 15 de outubro de 1994 para possibilitar a entrada do Aristide.

<sup>18</sup> Acordo assinado pelo presidente haitiano deposto, Jean-Bertrand Aristide, e pelo comandante-chefe das Forças Armadas, General Raoul Cedras, em 3 de julho de 1993.

As divisões entre os atores políticos haitianos nem sempre são fáceis de entender, as alianças são complexas e inconstantes. Existe no Haiti uma pluralidade de atores políticos que, além da divisão democrata/golpista, estão continuamente adotando posições muito mutáveis.

É neste contexto que a MINUSTAH intervém, para pacificar o país. Não se pode negar que, em uma primeira leitura, devido às muitas ambigüidades do engajamento internacional, mas também às estratégias ambivalentes e amplamente individuais dos atores locais, emerge uma impressão de desperdício. É muito forte a sensação de que muitas oportunidades foram perdidas, quando se considera que o custo de todos esses anos foi muito pesado para o país. Os exemplos mostram que a resposta securitária às crises políticas não funciona para o Haiti como para muitos outros países do mundo (POLIGNY-MORGANT, 1998), entre eles: Mali (MINUSMA), Líbia (MANUL) e República Centro-Africana (MINUSCA).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho era o de analisar os meandros e as implicações da crise política iniciada em 2000 no Haiti, que resultou no golpe de Estado de 2004 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide. Para realizar esse objetivo buscamos ir além da visão unilateral sobre esses acontecimentos que consiste no fato de enxergar somente um ângulo da questão. Ou seja, olhar só para o lado dos conflitos internos ou enfatizar a internacionalização do conflito e o papel desempenhado pela “Internacional Comunitária”. Para entender essa crise, partimos da Revolução Haitiana e da gênese do Estado haitiano.

Partindo da Revolução Haitiana, vimos que a pobreza debilitante do Haiti é uma herança da escravidão, cujos protagonistas foram os franceses e das consequências de um endividamento sistemático do país que começou com a chamada dívida da independência para o reconhecimento do Haiti como Estado livre. Além disso, observamos que a dependência do Haiti está estreitamente ligada ao imperialismo, sobretudo ao imperialismo estadunidense, com a participação de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, entre outras. Uma dependência que participou e continua participando do enfraquecimento do Estado haitiano.

No que concerne ao golpe de Estado de 2004, há forte predomínio das narrativas institucionalistas. Segundo tais análises, a crise política que resultou no golpe é uma consequência das disfunções das instituições. O golpe de 2004 evidencia a luta de classe no Haiti, dois projetos de sociedade entraram em conflito, o do *Groupe 184* (representantes da classe dominante) e o do presidente Jean-Bertrand Aristide como porta-voz dos desfavorecidos. A classe dominante lutava para não perder seus privilégios e com a ajuda de países como a França, o Canadá e os Estados Unidos que queriam proteger seus interesses no Haiti, conseguiram realizar o golpe de Estado.

Depois desse episódio, a MINUSTAH chegou no país para a estabilização, mas acabou gerando mais problemas do que resolvendo, porque tornou-se um exercício militar que castigou o povo haitiano.

## REFERÊNCIAS

- ARMENGAU, Jean-Hébert. Les rebelles, alliés contre nature. **Libération**, 24 fev. 2004. Disponível em: <[https://www.liberation.fr/evenement/2004/02/24/les-rebelles-allies-contre-nature\\_470064/](https://www.liberation.fr/evenement/2004/02/24/les-rebelles-allies-contre-nature_470064/)>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- AUGUSTIN, D. **Microfinance et Petites et Moyennes Entreprises (PME) en Haïti dans le courant des années 2000 à 2006** : Cas de Sogesol et ACME. 2008. 110 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Ciências Administrativas) - Departamento das Ciências Administrativas do Institut National d'Administration de Gestion et des Hautes Études Internationales (INAGHEI), Université d'État d'Haïti, Port-au-Prince, 2008. Disponível em: <<https://www.memoireonline.com/12/08/1683/Microfinance-et-Petites-et-Moyennes-Entreprises-PME-en-Haïti-dans-le-courant-des-annees-2000.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- BORBA DE SÁ, M. **Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro**. 2019. 283 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BOUCHER, Richard. **Haiti: recent violence**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2003/27227.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Haiti: 7 january attack on political demonstration**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/28036.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Joint statement on Haiti**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/29386.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Ambassador calls for immediate end to violence in Haiti**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/29988.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Resignation of President Jean-Bertrand Aristide of Haiti**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/29990.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- CARDOSO, F. H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- CARLOS, P. A. La théorie de la dépendance : bilan critique. In: **Revue française de science politique**, 27e année, n°4-5, 1977, pp. 601-629.
- CAROIT, J. Les Haïtiens ont boudé l'élection présidentielle. **Le Monde** (France), 28 nov. 2000.
- CASTOR, S. **L'occupation américaine d'Haïti**. CRESFED (Centre de recherche et de formation économique et sociale pour le développement), 3e édition française, 1988, 320 p.

CHÁVEZ ataca posição brasileira em relação ao Haiti. **Estadão**, São Paulo, 04 nov. 2004. Disponível em: <[https://politica.estadao.com.br/noticias/geral\\_chavez-ataca-posicao-brasileira-em-relacao-ao-haiti,20041104p38106](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral_chavez-ataca-posicao-brasileira-em-relacao-ao-haiti,20041104p38106)>. Acesso em 10 nov. 2020.

CHERRIER, E. Le 2 Décembre, l'archétype du coup d'État. **Napoleonica**, 2008/1 n° 1, p. 195-215. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-napoleonica-la-revue-2008-1-page-195.htm>>. Acesso em 22 set. 2021.

CHOMSKY, N.; FARMER, P; GOODMAN, A. The “Noble Phase” and “Saintly Glow” of US Foreign Policy; US Is Encouraging a Coup; Coup d'Etat Machine in Motion. In: **Getting Haiti Right This Time: the U.S. and the Coup**. Monroe: Common Courage Press. 2004.

CIAVOLELLA, R.; FRESIA, M. Entre démocratisation et coups d'État: hégémonie et subalternité en Mauritanie. **Karthala**: Paris, 2009/2 n° 114, pp. 5 à 23. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2009-2-page-5.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COMMISSION DE L'IMMIGRATION ET DU STATUT DE RÉFUGIÉ AU CANADA. **Haïti** : information sur la Convention de l'unité démocratique (Konvansyon Inite Demokratik - KID), ses activités, ses dirigeants, le traitement réservé à ses membres par les autorités et sa relation avec le gouvernement (décembre 2003-septembre 2009). COMMISSION DE L'IMMIGRATION ET DU STATUT DE RÉFUGIÉ AU CANADA, Ottawa. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4b7cee575.html>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, 319 p.

DONOT, M. Émergence d'un nouveau péronisme ? Analyse des discours à la Nation de Néstor Kirchner (2003-2007). **Mots: Les langages du Politique**, out. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/mots/19830>>. Acesso em: 01 out. 2021.

ÉTIENNE, S. P. **Haïti** : la drôle de guerre électorale, 1987-2017. L'Harmattan: Paris, 2019.

\_\_\_\_\_. **L'énigme haïtienne**: échec de l'État moderne en Haïti. Mémoire d'Encrier et Les Presses de l'Université de Montréal: Montréal, 2007.

FARAH, T. WikiLeaks: enviado de Lula ao Haiti tachou Aristide de gangster e assassino. **O Globo**, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/424748/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 out. 2021.

GAS, Valérie. Aristide demande réparation à la France. **Radio France Internationale**, 07 out. 2003. Disponível em: <[http://www1.rfi.fr/actufr/articles/046/article\\_25436.asp](http://www1.rfi.fr/actufr/articles/046/article_25436.asp)>. Acesso em: 3 out. 2021.

GIRARD, P. **Haiti** : the tumultuous history - from pearl of the Caribbean to broken nation. St Martin's Griffin: Nova Iorque, 2010, 248 p.

IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA. **Haiti** : information sur la Convention de l'unité démocratique (Konvansyon Inite Demokratik - KID), ses activités, ses dirigeants, le traitement réservé à ses membres par les autorités et sa relation avec le gouvernement (décembre 2003-septembre 2009). IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA, 8 out. 2009. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4b7cee575.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

HALLWARD, P. **Damming the flood**: Haiti and the politics of containment. Verso: London/Nova Iorque, 2010.

\_\_\_\_\_. Opção zero no Haiti. In: SADER, E. (Org.). **Contragolpes**; tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HERRERA, D. M. La crise démocratique haïtienne: l'anéantissement d'un peuple. **Observatoire des Amériques**, abril de 2004, no 13, pp. 1-7.

HUNTINGTON, Samuel. The United States In: CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel.; WATANUKI, Joji. (Org.). **The Crises of Democracy**: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission. New York: New York University Press, 1975.

KIESEL, V. Assuré d'être le président de Haïti: Héros d'hier, Aristide a brouillé son image. **Le Soir** (Belgique), 28 nov. 2000.

KING, A. Haiti, foreign-led insurgency, 2004. **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**, John Wiley & Sons, Ltd: New Jersey, 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781405198073.wbierp0671>>. Acesso em: 10 maio 2020.

KOURLIANDSKY, Jean-Jacques. Le Brésil: une nouvelle puissance internationale?. **Revue internationale et stratégique**, 2004/4, n°56, pp. 24-36. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2004-4-page-25.htm>>. Acesso em: 03 out. 2021.

LANDER, E. **Ciências Sociais**: saberes coloniais e eurocêntricos. CLACSO, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4\\_Lander.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf). Acesso em: 16 mar. 2019.

LA SABLIERE, Jean-Marc Rochereau de. **Situation en Haïti: Réunion d'information organisée par le président des Nations Unies, intervention du représentant permanent de la France**. Disponível em: <[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1605306134137](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1605306134137)>. Acesso em: 09 nov. 2020.

LEHMANN, G. **Haïti 2004**: Radiographie d'un coup d'État. L'Harmattan: Paris, 2007.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti**. 2007, 354 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

\_\_\_\_\_. Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti. **Alterpresse**, 08 ago. 2003. Disponível em: <<https://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.YVnU3HvMLIU>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MAGNIN, É. et al. La dépendance dans les relations entre capitalismes nationaux : quelle portée analytique? **La maison des Sciences de l'Homme**: Paris, 24/2, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/14340>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MANIGAT, Leslie F. La substitution de la prépondérance américaine à la prépondérance française en Haïti au début du XXe siècle : la conjoncture de 1910-1911. In: **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, tome 14, n°4, out 1967. pp. 321-355.

MARTIN, P. **Déclaration du Premier Ministre**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/fr/nouvelles/archive/2004/03/declaration-premier-ministre.html>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Le Premier Ministre Martin se rendra à Haïti**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/fr/nouvelles/archive/2004/11/premier-ministre-martin-rendra-haiti.html>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

MARTUSCELLI, Danilo E. **Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo**. Editoria Em Debate: Florianópolis, UFSC, 2018. 176 p.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Éditions Sociales, 1972, 309 p.

MÉRION, J. **Le défi haïtien : re-fonder l'État à partir de la décentralisation?** L'Harmattan: Paris, 8 mar. 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/plc/569>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DE ARGENTINA. **Información para la Prensa N°: 42/2004**. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/respaldo-argentino-la-democracia-en-haiti>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Información para la Prensa N°: 091/05**. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/intervencion-y-posicion-de-la-argentina-sobre-la-ayuda-haiti-en-la-cumbre>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MOUVMAN PEYIZAN PAPAYE (MPP). **Historique du MPP**. MOUVMAN PEYIZAN PAPAYE. Disponível em: <<https://www.mpphaiti.org/Historique-du-MPP.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

NAUD, P. La juridicisation de la vie sociopolitique et économique en Haïti: enjeux et limites. **Éditions juridiques associées**, 2007/1, n°65, pp. 123 à 151. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2007-1-page-123.htm>. Acesso em 23 mar. 2021.

NETTLEFORD, R. La Révolution haïtienne et la lutte contre l'esclavage : la connaissance face à l'ignorance et au silence. **Revue internationale des sciences sociales**, 2006/2, n° 188, pp. 211-218.

NIGRO, R. Quelques considérations sur la fonction et la théorie du coup d'État. **Collège international de Philosophie**, 2013/1 n° 77, pp. 69-81. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2013-1-page-69.htm>>. Acesso em: 20 set. 2021.

OSORIO, R. Les principes du modèle néo-conservateur de gouvernabilité appliqué en Amérique Latine pendant les années quatre-vingt dix. **Nueva Sociedad**, n° 205, set. nov. 2006.

PIERRE, J. Haiti: An Archive of Occupation, 2004. Virginia: **Transforming Anthropology**, 2020, vol. 28, n° 1, pp. 3-23. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/traa.12174>. Acesso em 10 de maio de 2020.

PODUR, J. **Haiti's New Dictatorship: The Coup, the Earthquake and the UN Occupation**. Londres: Pluto Press, 2012.

POLIGNY-MORGANT, B. **L'intervention de l'ONU dans l'histoire politique récente d'Haïti: Les effets paradoxaux d'une interaction**. L'Harmattan: Paris, jan. 1998, pp. 135-190. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/plc/576>>. Acesso em: 21 set. 2021.

PRÉSIDENTE DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Situation politique en Haïti: déclaration de la présidence au nom de l'Union Européenne**. PRÉSIDENTE DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Disponível em: <[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1605304540183](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1605304540183)>. Acesso em 06 nov. 2020.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

REEKER, P. **Haiti: violence in Gonaives**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2002/12468.htm>>. Acesso em 02 nov. 2020.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Biblioteca Ayacucho: Caracas, 2011.

SEITENFUS, R. **Reconstruir Haïti: entre la esperanza y el tridente imperial**. Santo Domingo: CLACSO, 2016.

TAILLEFER, G. Perspectives: Haïti, une opposition à têtes multiples. **Le devoir**, 27 fev. 2004. Disponível em:

<https://www.ledevoir.com/monde/48500/perspectives-haiti-une-opposition-a-tetes-multiples>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Massachusetts: Beacon Press, 1995.

UNION INTERPARLEMENTAIRE. **Élections tenues en 2000**. UNION INTERPARLEMENTAIRE. Disponível em:

[http://archive.ipu.org/parline-f/reports/arc/1138\\_00.htm](http://archive.ipu.org/parline-f/reports/arc/1138_00.htm). Acesso em 24 mar. 2021.

UNIVERSITÉ DE SHERBROOKE (PERSPECTIVE MONDE). **Élection de Jean-Bertrand Aristide à la présidence de Haïti**. UNIVERSITÉ DE SHERBROOKE Disponível em:

<https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve/763>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VILLEPIN, Dominique de. **Allocution du Ministre des Affaires Étrangères**. Disponível em:

<[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1605303286359](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1605303286359)>. Acesso em: 08 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Entretien du Ministre des Affaires Étrangères, M. Dominique de Villepin, avec France 3**. Disponível em:

<[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1605305424806](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1605305424806)>. Acesso em 08 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Déclaration du Ministre des Affaires Étrangères, M. Dominique de Villepin**.

<[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede\\_document.php?1605306691050](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1605306691050)>. Acesso em 05 nov. 2020